

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**Róber Iturriet Avila**

**DO HOMEM SMITHIANO AO *HOMO ECONOMICUS*: EGOÍSMO E DISSOLUÇÃO  
DA MORAL**

**PORTO ALEGRE**

**2010**

**RÓBER ITURRIET AVILA**

**DO HOMEM SMITHIANO AO *HOMO ECONOMICUS*: EGOÍSMO E DISSOLUÇÃO  
DA MORAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Gentil Corazza.

**PORTO ALEGRE**

**2010**

A958d

Avila, Róber Iturriet

Do homem smithiano ao homo economicus : egoísmo e dissolução da moral / Róber Iturriet Avila. – Porto Alegre, 2010.

079 f. : il.

Orientador: Gentil Corazza.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2010.

1. História do pensamento econômico. 2. Teoria econômica : Moral.

I. Corazza, Gentil. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 330.8

**RÓBER ITURRIET AVILA**

**DO HOMEM SMITHIANO AO *HOMO ECONOMICUS*: EGOÍSMO E  
DISSOLUÇÃO DA MORAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada em Porto Alegre, 29 de janeiro de 2010.

---

Orientador

Prof. Dr. Gentil Corazza (UFRGS)

MEMBROS DA BANCA

---

Prof. Dr. Paulo Renato Lessa Pinto (FURG)

---

Prof. Dr. Ricardo Dathein (UFRGS)

---

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior (UFRGS)

## AGRADECIMENTOS

O maior agradecimento que tenho é ao qualificado corpo de docentes da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Professores estes que muito me acrescentaram e diante dos quais sempre me reverenciei, em face do montante de conhecimento acumulado em suas mentes. Gostaria, entretanto, de enfatizar alguns deles, os quais possuem íntima relação com este trabalho. O meu orientador, Gentil Corazza, pelo apoio, contribuição e compreensão nas horas difíceis. O professor Ronaldo Herrlein Júnior que me auxiliou muito com suas dicas e caminhos sugeridos, apesar de toda a correria do dia-a-dia, mesmo nos corredores, sempre se mostrou prestativo e atencioso. Agradeço também ao professor Carlos Schmidt que foi um entusiasta com o tema que desenvolvi, sempre me apoiando, me amparando e me ajudando a ir em frente. Agradeço ao professor Ricardo Dathein, o qual me auxiliou intensamente no trabalho monográfico, contudo naquele deixei de registrar minha gratidão. Entretanto, reitero, sou grato a todos os professores.

Não poderia deixar de destacar o carinho e atenção constante das meninas da secretaria, que sempre estavam prontas para auxiliar em minhas questões. São elas: Iara, Raquel, Aline, Cláudia e Maria Delourdes.

Sou grato ao Estado brasileiro que financiou meus estudos tanto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq – quanto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Menos grato, no entanto, aos contribuintes que reclamam ao pagar seus tributos.

Aos meus irmãos Liziani Iturriet Avila, Daiani Iturriet Avila da Luz e Fábio Iturriet Avila. Agradeço ao meu sobrinho, Vladimir Simões da Luz Júnior, querido e carinhoso, que ficou triste por eu não citá-lo em minha formatura. Desculpa o titio, meu amado.

A minha mãe, Nirlete Nobre Iturriet, principalmente, pois sei o quanto foi difícil a ela suportar a distância e a saudade. Embora todos reclamassem minha submersão nos livros, foram indispensáveis para que eu tivesse forças emocionais no caminho do mestrado.

Agradeço especialmente a Mitcheia Guma Pinto, que tantas e tantas horas se furtou de minha presença durante longos dois anos de extrema dedicação. Aos meus amigos, que muitas vezes me criticaram pelo empenho desmedido, mas o faziam por carinho e acabavam aceitando minha ausência em encontros, reuniões e *happy hours*. Dentre eles, Rodrigo Lima Machado, Carolina Lopez Israel, Cláudia Ramos Fortuna, Edílson Ávila da Silva, Vladimir Simões da Luz, Elda Nunes Rodrigues, Gabriela Garcia Sevilla, Amanda de Mello Martins e Luciano da Silva Alencastro, Márcio Heitor Pedrotti e Gisele Ventura Martins. Retumba ainda em minha mente: “um final de semana, Róber! Pare ao menos um final de semana!”. Entretanto, não há como negar que eles também me empurram para seguir adiante.

Agradeço àqueles que me incentivaram a ingressar no mestrado: Daniel de Abreu Pereira Uhr, Débora Drechsler e Samuel Cordenonsi Andreola. Sou grato às pessoas que tiveram a paciência de ler meu trabalho para captar erros, mesmo sem ganhar nada em troca (Mitcheia, Liziani e Márcio).

Também foram fonte de motivação constante os meus colegas e amigos do PPGE, os quais me deram ideias e me impulsionaram neste estudo. Principalmente ao Fábio Henrique Bittes Terra, Rafael Moraes, Glaison Augusto Guerreiro, Christian Velloso Kuhn, Ivan Colangelo Salomão e ao Maurício Andrade Weiss. Os quatro primeiros me apoiaram no tema, o quinto em meus ideais e o último, por vezes, me forçava a ser menos sério e relaxar um pouco para não enfartar com trinta anos. Colegas, vocês me deram forças nesta empreitada e suas palavras de incentivo são incomensuráveis. Se todos tivessem colegas como vocês, ninguém cairia no desânimo.

Obrigado a todos.

**Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considera a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela (SMITH, 1999, p.5)**

**O Amor de um cura o ódio de milhões**

**Mahatma Gandhi**

## RESUMO

Este trabalho se propõe a remontar a dissolução ocorrida no tempo em que a Economia Política buscava limitar seu campo de estudo, particularmente no que se refere a percepção sobre a conduta humana e a assunção de que os homens são intrinsecamente egoístas. Para tanto, é desenvolvida a visão do homem moralmente condicionado em Adam Smith e também as modificações subsequentes originadas nas diferentes concepções dos autores da escola clássica e da neoclássica. Sendo que estas mudanças enfatizam o egoísmo do agente econômico. Neste intento, é retraçado o caminho da consolidação do postulado do egoísmo, assim como os percalços, controvérsias e conflitos desta caracterização. São explorados os elementos que auxiliaram na transformação do homem smithiano em *homo economicus*, tais como a leitura descontextualizada de Smith, o individualismo, o utilitarismo, o individualismo metodológico, o positivismo e a própria necessidade de abstração teórica. Adicionalmente, é verificado que a confusão de conceitos presente nesta construção metodológica traz a referência de que a ciência econômica faz apologia ao egoísmo. Esta percepção é um subproduto do desenlace da economia com as questões morais.

**Palavras-chave:** Postulado do egoísmo. *Homo economicus*. Metodologia na economia. Positivismo. História do pensamento econômico.



## ABSTRACT

This research is proposed to reassemble the dissolution occurred when the Political Economy sought to limit their field of study, particularly in the perception of human behavior and the assumption that men are inherently selfish. To do that, it is developed the perception of Adam Smith about human behavior, and the subsequent changes resulting from different conceptions of classical and the neoclassical authors. These changes emphasize the selfishness of the economic agent. In this attempt, is showed the way of the consolidating of self-interest premise, the mishaps and controversies of this path. It explores the the elements that collaborated in the transformation of Smithian man in *homo economicus*, such as decontextualized reading of Smith, individualism, utilitarianism, methodological individualism, positivism and the very necessity of theoretical abstraction. Additionally, it is observed that the confusion of concepts present in this methodological construction suggests that economics salutes the egoism. This is a result of the distinction between moral and economic aspects.

**Key-words:** Self-interest premise. *Homo economicus*. Methodology in economics. Positivism. History of economic thought.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 A PERCEPÇÃO DE SMITH SOBRE A CONDUTA HUMANA: DUAS INTERPRETAÇÕES.....</b>	<b>13</b>
2.1 A visão de ruptura entre TSM e RN.....	14
2.2 A visão de continuidade entre TSM e RN.....	18
2.3 Amor-próprio, autointeresse e egoísmo.....	21
2.4 A assunção de continuidade entre os livros.....	24
2.5 A visão descontextualizada se torna padrão.....	27
<b>3 DETERMINANTES QUE ENFATIZAM O EGOÍSMO DO AGENTE ECONÔMICO.....</b>	<b>31</b>
<b>3.1 Influência do individualismo e do individualismo metodológico.....</b>	<b>31</b>
3.1.1 O movimento individualista.....	32
3.1.2 Individualismo metodológico.....	35
<b>3.2 Influência do utilitarismo.....</b>	<b>37</b>
<b>3.3 Influência do positivismo.....</b>	<b>42</b>
<b>3.4 Confluência de movimentos e seus impactos sobre o egoísmo.....</b>	<b>48</b>
<b>4 AS MOTIVAÇÕES DO <i>HOMO ECONOMICUS</i> E SUAS CONTRADIÇÕES METODOLÓGICAS.....</b>	<b>52</b>
<b>4.1 Simplificação da conduta humana: uma necessidade metodológica.....</b>	<b>52</b>
<b>4.2 Contradições do <i>homo economicus</i>.....</b>	<b>57</b>
<b>4.3 O resultado prático: da confusão de conceitos à apologia ao egoísmo.....</b>	<b>63</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No intuito de investigar os efeitos da ação humana na economia e de padronizar tal relação, constituiu-se, ao longo do tempo, uma concepção específica sobre o comportamento do homem. Ele foi concebido como sendo movido pelos seus interesses, sem preocupar-se com os efeitos de sua conduta sobre a coletividade e sobre a sua imagem perante os demais.

No entanto, o pesquisador que se debruça sobre as construções teóricas e metodológicas de Adam Smith, John Stuart Mill, John Neville Keynes, Marie-Esprit-Léon Walras, Lionel Charles Robbins, entre outros autores que solidificaram o campo de pesquisa da economia, observa que há uma ruptura durante este percurso do pensamento econômico. Mais do que isso, a conduta humana passou por uma metamorfose desde o homem smithiano até o *homo economicus*.

É nítido, adicionalmente, que esta cisão ocorreu enquanto os temas ligados à filosofia moral foram sendo excluídos dos limites da economia. Este passo fez a citada ciência não mais questionar como a conduta humana se configura, ignorando suas facetas morais que ponderam o egoísmo e que influenciam nas decisões dos agentes econômicos.

Sob este preâmbulo, o objetivo do presente trabalho é demonstrar como o agente econômico se afastou das questões morais, ficando mais egoísta, ao mesmo tempo em que a própria ciência econômica também se distancia da filosofia moral. Somado a isso, o trabalho objetiva desenvolver os elementos que impactaram nesta transformação.

Neste intento, torna-se necessário expor a conduta humana do ponto de vista do filósofo moral Adam Smith, não apenas no que toca às relações econômicas, mas também de uma forma mais ampla, em sua sociabilização em geral. Conveniente também é apresentar as interpretações sobre a existência de uma ruptura ou de uma continuidade na obra de Smith. Ou seja, se o autor foi coerente ao analisar o homem em seus dois livros, quais sejam, Teoria

dos Sentimentos Morais e Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Será assumindo, entretanto, a visão majoritária de que houve continuidade, versão esta que não se mantém na evolução da ciência econômica. Tema este explorado no primeiro capítulo.

Ao se observar a mudança conceitual ocorrida desde a percepção smithiana até o *homo economicus*, são notáveis as influências de correntes filosóficas e metodológicas, as quais auxiliam a compreender como o homem, sob o ponto de vista da análise econômica, tornou-se mais egoísta. São elas: a) o individualismo; b) o individualismo metodológico; c) o positivismo e; d) o utilitarismo. Assim, o segundo capítulo pretende não apenas mostrar como estes movimentos enfatizaram o egoísmo, mas também segmentar estas influências, já que elas se encontram imbricadas na teoria econômica. Deste modo, o referido capítulo visa esmiuçar como se deu esta transformação sob o ângulo dos elementos que explicam este nexo, ao tempo em que procura reconstruir o caminho trilhado por notáveis autores clássicos e neoclássicos que penetraram neste tema.

O último capítulo procura abordar o resultado metodológico deste processo de transformação, onde as correntes filosóficas já foram absorvidas. O resultado é o *homo economicus*. Neste capítulo são expostas contradições e conflitos inerentes a este conceito, mas não em toda sua amplitude, ou seja, a análise é centrada nas críticas adjacentes à assunção do postulado do egoísmo.

Convém apresentar também as diferentes interpretações de “egoísmo” e as confusões efetuadas em torno dos termos que qualificam o agente econômico, as quais sugerem que a ciência econômica faz apologia ao egoísmo. Assim, o terceiro capítulo enfatiza que além de ter sido distorcido, o conceito de egoísmo em Smith persiste com a interpretação equivocada e é permeado por confusões. Neste ponto, fica explícito que não apenas a filosofia moral de Smith foi afastada, como também a moral do próprio agente econômico não é mais questionada. Como resultado, muda a acepção do termo “egoísmo”, chegando a tal monta este conflito, a ponto de toda a teoria econômica ser entendida como imoral.

O instrumento utilizado para se atingir os objetivos propostos não ficará restrito às interpretações do rumo tomado, são valiosas também, para exprimir suas concepções, as próprias palavras dos principais autores que determinaram esta construção metodológica, dentre eles Adam Smith, John Stuart Mill, John Neville Keynes, Marie-Esprit-Léon Walras e

Lionel Charles Robbins. Neste caminho, o homem smithiano é abandonado e em seu lugar reina o *homo economicus*. Desta maneira, maior destaque será dado ao longo do trabalho a Adam Smith, “pai” da economia e a John Stuart Mill, “pai” do *homo economicus*.

A pesquisa se justifica não apenas porque o homem esteja ligado a questões políticas, ideológicas, psicológicas, antropológicas e afetivas, ao contrário da visão canonizada na ciência econômica. Mas principalmente por abordar um tema pouco explorado e até relegado na análise das ideias e do pensamento econômico, qual seja, o questionamento do postulado do egoísmo. Pautar este tema oportuniza a discussão deste caminho trilhado.

Este processo desencadeia na percepção de que a ciência econômica não apenas assume o agente egoísta, como também o saudável. Desta forma, além de instigante, o estudo traz a reflexão de como o caminho metodológico e as mudanças no agente econômico acabam impactando sobre a visão transpassada ao leigo em economia: a de que esta ciência é imoral. Perspectiva esta, subjacente ao egoísmo assumido e ao afastamento da filosofia de Smith.

Paralelamente, há a contribuição na segmentação das correntes filosóficas e das doutrinas que são intrincadas na referida transformação metodológica e que, comumente confundidas, encontram-se sobrepostas até mesmo nas obras especializadas.

Convém ressaltar que, enquanto se refere a “teoria econômica” ou ao avanço da “ciência econômica” é feita alusão a corrente principal, ou seja, a teoria convencional. Estando de fora do escopo outras visões do agente econômico.

## 2 A PERCEPÇÃO DE SMITH SOBRE A CONDUTA HUMANA: DUAS INTERPRETAÇÕES

A publicação de *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (doravante RN) por Adam Smith (1723-1790) em 1776 é convencionalmente referida como o nascimento da economia enquanto disciplina autônoma. Mesmo sendo este trabalho que deu fama e reconhecimento ao autor, ele próprio intitulou *Teoria dos Sentimentos Morais* (doravante TSM) como seu livro mais importante.<sup>1</sup>

A relação entre estes dois compêndios e a interpretação de qual sentido cada um tem é permeada por controvérsias. Dentre elas, o chamado “paradoxo de Smith”<sup>2</sup> que discute a presença ou não de uma incompatibilidade entre a abordagem da conduta humana que o autor desenvolve em TSM e a que trata na RN. A controvérsia se constroi lastreada pela conciliação do interesse público e privado em a RN e que entraria em conflito (ou não) com a TSM.

Sob este pano de fundo, o presente capítulo se propõe a apresentar ambas as visões concernentes ao presumido paradoxo, assim como indicar a versão que persistiu na evolução da ciência econômica. Além de descortinar como Smith analisava as paixões humanas, tanto em TSM quanto em RN; é conveniente averiguar os autores que o influenciaram, uma vez que dentro desta polêmica reside o contexto intelectual em que Smith estava e os autores que foram (ou não) suas fontes de inspiração. Deste modo, serão exploradas de forma breve as duas distintas visões sobre a percepção smithiana da conduta do homem. Subsequentemente, será abordada uma das origens da controvérsia, qual seja, a leitura parcelar de Smith. Por fim, será demonstrado que esta leitura se tornou padrão na ciência econômica.

---

<sup>1</sup> Torres (1998) e Ganem (2000) firmam que o próprio Smith intitulou TSM como seu livro mais importante.

<sup>2</sup> O debate que discutia a ruptura ou a continuidade do pensamento de Adam Smith foi intitulado pela Escola Histórica Alemã de *Das Adam Smith Problem*.

## 2.1 A visão de ruptura entre TSM e RN

Diversas interpretações<sup>3</sup> compreendem que em TSM Smith desenvolve seu pensamento ancorado no altruísmo humano. Já em a RN a base de análise está no egoísmo. Esta antítese teria três possíveis respostas: a) Smith teria mudado de ideia sobre as motivações que regem o homem entre um trabalho e outro; b) há uma inconsistência flagrante em seu pensamento; c) o homem seria, sob sua interpretação, frio e calculista nos assuntos econômicos e bondoso e benevolente no aspecto moral<sup>4</sup> (BIANCI; SANTOS, 2005).

Em TSM, assentado na moral, sob influência de Francis Hutcheson (1694-1746) e David Hume (1711-1776) Smith explora o desejo humano de ser aprovado através do autocontrole, atingindo, assim, a *simpatia*<sup>5</sup>.

Inversamente, em a RN, Smith teria explorado um outro universo separado, a economia, tendo influência de Thomas Hobbes (1588-1679), Bernard de Mandeville (1670-1733) e Claude Adrien Helvétius (1715-1771). Este segundo livro romperia com o pensamento metafísico de Smith, já que analisaria as relações econômicas como consequência do egoísmo. Ou seja, ambos mundos poderiam ser analisadas em diversos prismas sem conflitos.

Francis Hutcheson foi professor de Smith e preconizava uma filosofia de indivíduos cooperantes. Para o autor, o homem possui um senso moral inerente. Assim, é de seu estado natural a boa vontade e a beneficência. Há um instinto no homem que vê na cooperação sistêmica o caminho para a harmonia social. Este senso moral permite que haja a conciliação

---

<sup>3</sup> Dentre aqueles que assim observam, cabe destacar os que pertencem à Escola Histórica Alemã tais como: Roscher (1843), Hildebrand (1848), Knies (1853) e Schmoller (1870), além de Albert Hirschman (1979), Louis Dumont (1977), Jacob Viner (1927), Skarynski (1878). Ver Ganem (2000).

<sup>4</sup> Os sub-capítulos seguintes têm sob pano de fundo estas três hipóteses em confronto com a com a visão de continuidade na obra de Smith.

entre as paixões afáveis com aquelas voltadas ao interesse do próprio indivíduo, de tal forma que estas motivações sejam moralmente neutras, ou pelo menos não condenáveis, já que não prejudicam outras pessoas. O citado senso moral faz com que a benevolência individual e alheia tragam prazer (BIANCHI, 1986; GANEM, 2000).

Na mesma linha, Hume vê na vivência social a origem do respeito às regras de justiça. Um caráter justo, honroso, leal e generoso promove o interesse social e facilita a vida comunitária. Desta maneira, o homem deseja ser útil à sociedade, trabalhar para o bem dela, tendo ainda prazer em enumerar seus préstimos ao benefício público (GANEM, 2000; NAPOLEONI, 1987).

Estes dois autores inegavelmente influenciaram Smith no seu primeiro livro, TSM, o qual alega que a convivência social desperta sentimentos morais. *Das Adam Smith Problem* debate se estes autores e seu próprio livro - TSM - foram esquecidos por Smith enquanto este relata o comportamento humano na RN. A visão de ruptura entre estes trabalhos se ancora em outros autores que o teriam influenciado, dentre eles Hobbes, Mandeville e Helvétius<sup>6</sup>.

Hobbes explana que a natureza humana é essencialmente egoísta e avarenta. Assim, o homem apenas se importa consigo, trazendo um tecido social formado pelo medo e pela constante guerra de todos contra todos (BIANCHI, 1986; QUINTANA, 2001).

Mandeville em sua *Fábula das abelhas: vícios privados, benefícios públicos* interpreta que a sociedade vive em fraude, luxúria e orgulho. Contudo, se cada indivíduo cuidar apenas do seu interesse próprio, tudo se ajeita espontaneamente para o benefício de todos; ao passo que o esforço para ser bom e virtuoso coloca o homem em oposição ao interesse geral e leva à destruição da sociedade. Ou seja, como o nome sugere, os interesses individuais produziram o bem coletivo, se possível, honestamente, embora não seja o mais importante. Adicionalmente, o autor considera que uma sociedade que se funda nas virtudes que negam a individualidade tem como resultado o tédio, a preguiça e a pobreza. O motor do progresso é, neste caso, o egoísmo e a cobiça (BIANCHI, 1986; FONSECA, 1993; TORRES, 1998).

Apesar de escrever TSM anteriormente a RN, em uma viagem à França Smith teria conhecido o filósofo francês Helvétius. O referido pensador entendia que todos os

---

<sup>5</sup> A concepção deste termo será aprofundada.

<sup>6</sup> Cumpre assinalar que diversos outros autores obtiveram influência sobre Smith. Entretanto, foram arbitrariamente designados alguns tidos como os que exprimem melhor tais contrastes.



comportamentos humanos seriam fundamentados no interesse, tendo a educação capacidade de torná-los produtivos à coletividade (GANEM, 2000).

Sob tal contexto, Smith haveria separado o homem da sociabilização, explorado na TSM, do homem na economia, explicitado na RN. Este último agiria de maneira egoísta. Tal segmentação marcaria a emancipação da economia em relação à filosofia. Percepção que seria avalizada pela célebre frase<sup>7</sup>:

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1996, p.74).

É comumente associado a esta frase que em uma sociedade as pessoas produzem pensando em seu próprio benefício, em seu interesse. Assim, nas relações econômicas, os homens são egoístas e produzem objetivando o que querem para si mesmos. Não produzem por benevolência nem para agregar ou auxiliar o outro. E, de forma global, na soma destes comportamentos, cada um pensando em seu benefício, contribui para reger a economia como um todo. Tal percepção se mantém nas seguintes asserções:

O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer — esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos (SMITH, 1996, p.74).

Nesta linha, Hirschman (1979) interpreta que ao início da era moderna os filósofos careciam de uma perspectiva de análise do comportamento humano. Isso porque a ética medieval condenava a usura e a acumulação, em oposição à sociedade capitalista que era

---

<sup>7</sup> Estas frases serão referidas ao longo do presente trabalho como “célebre passagem”.

mercantilizada. A alternativa foi encontrar no interesse o fio condutor de análise, já que ele integrava o melhor da paixão e da razão. O autor salienta que a RN é contemporânea a uma expansão do capitalismo, sendo comum a percepção de conciliação entre os interesses individuais e coletivos. A paixão, nesta interpretação, está no desejo e a razão no interesse como forma de atingir a ordem social, previsibilidade e transparência. Desta maneira, os filósofos legitimavam a atividade mercantil. Ou seja, no período em que Smith escrevia sua obra, gestava-se o agente egoísta e sepultava-se o cavaleiro medieval, com sua ética normativa.

Logo, no desenvolvimento da RN há a elaboração de um novo “código moral” que se presta aos interesses do período em que foi escrito. No tempo em que as mudanças sociais ocorriam, o desejo de enriquecer, tido como vício na Idade Média, tornava-se uma virtude para referendar a nova organização social. A filosofia moral medieval era repressiva e tinha relação com o auto-aperfeiçoamento dos homens, enquanto a nova percepção rompe com tal perspectiva. As paixões, antes destrutivas, passam a unir o tecido social. Assim, a RN justifica o interesse pecuniário, que é visto como uma maneira de fazer o bem sem querer. Cumpre retransmitir esta famosa passagem que avaliza a referida percepção:

[...] cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir [...] visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo (SMITH, 1996, p.438).

Na medida em que cada um busca o seu interesse, o melhor para si, acaba contribuindo para o bem comum. Ou, dito de outra maneira, chega-se a consequências benéficas não-intencionais ao se agregar as ações individuais intencionais. Smith haveria, sob esta interpretação, conciliado o conflito interno do homem que quer ser justo, mas deseja a riqueza. O interesse passa a figurar como uma paixão razoável, que auxiliaria na construção de uma sociedade em que todos saem beneficiados. As relações econômicas amalgamam a organização social e pensar em si, neste ângulo, torna-se uma virtude. A junção de

habilidades, a cooperação das multidões permite o acesso a mais produtos aos membros de uma sociedade, já que cada indivíduo não precisa produzir tudo, e sim se dedicar em um ofício apenas, sendo mais produtivo do que na hipótese de fazer tudo o que necessita.

Entretanto, ao se perceber uma conciliação entre os “interesses” e a filosofia moral, caberia a continuidade entre TSM e RN. Ou seja, neste caso o autor não teria se esquecido do que escreveu em TSM. De outro lado, na visão de ruptura, há uma mudança de perspectiva em Smith e a análise descrita visualiza dois comportamentos diferentes. Não obstante, conforme ficará explícito subseqüentemente, não há indícios de que Smith tenha mudado de ideia sobre como o homem é. Da mesma forma, as evidências de incoerência em seu pensamento não são consistentes.

Em outros termos, enquanto se vê uma ruptura na obra de Smith, está sendo assumido que nas relações econômicas o homem é egoísta. Mesmo que nas demais relações sociais, o homem haja de outra maneira. Contudo, para esta conclusão ser atingida, é preciso saber porque é descartada a hipótese de inconsistência na obra smithiana, assim como refutar a impressão de que ele mudou de ideia. Tais argumentos estão presentes na justificativa da continuidade de sua obra.

## 2.2 A visão de continuidade entre TSM e RN

Convém apresentar a outra versão sobre a obra de Smith: aquela que entende a RN como uma continuidade da TSM<sup>8</sup>. Esta visão<sup>9</sup> é presentemente majoritária entre os economistas e se funda em elementos factuais e também nos argumentos interpretativos<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Não se pretende aqui esgotar todo o debate sobre a percepção do homem em Adam Smith, haja vista que tal controvérsia é extensa. Ainda assim, cabe apresentar os dois lados.

<sup>9</sup> Bianchi (1986), Richard Zeyss (1889), Paszkowski's (1890), Hasbach (1891) e Delatour (1896). Ver Ganem (2000).

<sup>10</sup> Embora a visão tradicional passada nos livros-textos seja de ruptura, a maioria dos pesquisadores contemporâneos percebem continuidade.

Neste prisma, há em Smith o egoísmo, mas ele está moralmente condicionado, ou seja, seria possível conciliar a busca pela felicidade a partir do autointeresse e ao mesmo tempo não prejudicar outros indivíduos por isso.

Dentre os elementos factuais que embasam esta tese, Cerqueira (2003) chama a atenção para o fato de que apenas na década de 1980 outros textos como cartas, resenhas, rascunhos e anotações de Smith foram editados. Materiais antes desconhecidos ou negligenciados. Este fato explica ter havido recentemente uma alteração majoritária de posição, ao ver seus textos como continuidade de uma mesma obra, uma vez que estes materiais sinalizam a conexão. Cerqueira acentua ainda que Smith nunca deu qualquer indicação de que pensasse haver alguma contradição entre estes trabalhos ou mesmo uma mudança de posição filosófica ao longo de sua vida. Ressalta também que mesmo após ter escrito RN, editou mais uma vez TSM.

Ganem (2000) destaca que na publicação *Lectures on jurisprudence* o próprio autor efetuou a relação entre os livros, informando em seus últimos escritos que ele concebe sua obra como unificada. Ademais, Bianchi e Santos (2005) notificam que para o autor a economia política era apenas um ramo da filosofia moral e, deste modo, não poderiam ser separadas.

Do ponto de vista interpretativo, vários autores, dentre eles Bianchi e Santos (2005), entendem ser indeclinável o estudo de TSM para se entender a RN. Assim sendo, para se ter a dimensão desta interpenetração entre estes dois trabalhos, é necessário um maior entendimento do Smith pouco trabalhado, o Smith da TSM. Nela, o autor apresenta um homem preocupado em obter aprovação da sociedade. Em busca desta, ele se assenta no *autodomínio*.

Lux (1993) aponta duas doutrinas éticas que influenciaram Smith: a “sentimental” e a “egoísta”. A primeira reconhece na natureza humana a capacidade de ter compaixão e uma benevolência desinteressada. Tal habilidade é oriunda da possibilidade de colocar-se no lugar do interlocutor. As evidências para tais proposições estariam nas recompensas naturais com que os homens respondem às virtudes e as punições que impõem aos vícios.

Sob estas bases, Smith desenvolve sua teoria moral para explicar como se forma a moralidade no homem e como ele avalia as mais diversas situações baseando-se nela. Este homem descrito por Smith tem sua natureza sociável. Ao tempo em que vive em sociedade,

adquire os padrões morais observando as reações das outras pessoas e verificando qual é o sentimento de um terceiro em meio a determinada circunstância. Contudo, para haver um julgamento justo, é preciso ser neutro, consciente e bem informado. E “dentro do peito” de cada homem existe um *espectador imparcial*, um juiz de conduta capaz de avaliar os demais de maneira adequada. Forma-se, assim, o juízo do que é certo e do que é errado.

Na capacidade de colocar-se no lugar do outro está, portanto, o fundamento de todo o juízo moral. Assim, o homem se empenha para ser virtuoso e isso o faz emanar simpatia, adquirindo o compartilhamento das paixões, a confluência de emoções. Esta simpatia com o sentimento alheio é a baliza para o próprio comportamento.

Da mesma maneira que o espectador imparcial analisa a conduta dos outros, ele também se autoavalia<sup>11</sup>, para controlar suas ações. O homem smithiano analisa se seu comportamento é decente ou deselegante, passível de recompensa ou de punição. Todo este processo de investigação própria e alheia encoraja a moderar os sentimentos. Quando o espectador imparcial se aprova, há simpatia consigo, ou *amor-próprio*<sup>12</sup>.

Além da simpatia como chave da sociabilidade, que regula a conduta humana, Smith considera ainda outras paixões como a bondade, a generosidade, a compaixão, a amizade, a beneficência e a justiça. Nesta busca, a paciência, a probidade, a prudência e a franqueza são desejáveis. Cabe ainda “[...] o amor ao que é honrado, nobre, à grandeza, dignidade e superioridade de nossos próprios caracteres” (SMITH, 1999, p. 167).

Smith entende ainda que o homem não pode exagerar na estima por si, evitando a desaprovação. Assim, mesmo que haja o interesse próprio, este está sob o controle do espectador imparcial que investiga o interesse pessoal, ou seja, há conciliação do interesse próprio com o dos outros. O indivíduo virtuoso “age de acordo com as regras da perfeita prudência, da justiça estrita e da benevolência adequada” (SMITH, 1999, p. 297).

Existe ainda outra interpretação apontada por Cerqueira (2003) e que está em acordo com a perspectiva de continuidade entre os dois trabalhos de Smith. Nela, Smith teria a intenção de em TSM estabelecer uma agenda política para fundamentar a moral em uma sociedade mercantil. Assim, como forma de contrabalançar as paixões inerentes ao funcionamento da economia, Smith estaria propondo políticas que direcionassem as ações

---

<sup>11</sup> A autoanálise é herança de David Hume.

<sup>12</sup> Na sequência a concepção deste termo será aprofundada.

individuais ao aprimoramento moral. Dito de outra maneira, para se seguir o interesse próprio na sociedade, é imperativo existir uma força moral que compense os aspectos destrutivos do egoísmo. Uma espécie de “humanismo cívico”<sup>13</sup>. Esta versão vê a obra de Smith ainda mais unida e coerente entre si.

Portanto, tendo Smith escrito uma nova edição de TSM após a RN, e não tendo ele indicado contradição, é possível concluir que não houve mudança de posição. Ou seja, para restar apenas a hipótese de uma legítima ruptura entre os dois trabalhos, é preciso refutar que haja uma inconsistência na obra de Smith. Esta última se dilui ao ser analisado o que está por traz da impressão de que o autor é incoerente. Residem nesta controvérsia as diferentes acepções do termo “interesse”.

### **2.3 Amor-próprio, autointeresse e egoísmo**

O mesmo homem smithiano que se vigia, procura a virtude e a aceitação, também efetua trocas. Justo o ponto de controvérsias. Entretanto, sob a visão de continuidade entre os livros, trata-se de um caso particular de sociabilização: a econômica. Esta se dá pela troca de trabalho, que é a cooperação para a sobrevivência. Cada fragmento da sociedade efetua uma parcela de trabalho e permuta pelo trabalho dos demais. O padeiro faz uma parte e contribui para a harmonia social, evitando que o trabalho necessário para a subsistência seja implementado isoladamente.

Smith acrescenta que o homem, na sociabilidade econômica, busca o seu interesse. Este interesse próprio é outro ponto nevrálgico na obra de Smith e que suscita intermináveis

---

<sup>13</sup> Em aderência a esta última visão está o trabalho de Fonseca (1993), que visualiza a moralidade cívica como uma necessidade de coesão social e até como um fator de produção que auxilia no bom funcionamento das relações econômicas. Em certa medida, Fonseca vê Smith próximo de Mandeville, ou seja, ele enxerga Smith defendendo a ideia de que os homens devem seguir o seu autointeresse. Isso difere, de acordo com Fonseca, de não haver restrições ao comportamento humano, logo, ainda sob a visão smithiana, o peso moral não deveria

polêmicas e confusões de conceitos. Existem no mínimo três interpretações sobre o interesse próprio: a) é um sinônimo de egoísmo; b) é o mesmo sentimento também referido como amor-próprio, mas difere do egoísmo e; c) é diferente de amor-próprio e também difere de egoísmo.

A primeira interpretação é a imagem recebida nos livros-texto, ela foi padronizada nos cânones<sup>14</sup> da ciência econômica, trata-se, portanto, do objeto desta dissertação, sendo deste modo, estudada mais profundamente nos capítulos seguintes<sup>15</sup>.

As outras duas interpretações serão apenas desenvolvidas no presente capítulo e por isso merecem destaque. Bianchi e Santos (2005) entendem que o amor-próprio é uma concepção filosófica da natureza humana, oriunda do estoicismo grego<sup>16</sup>. Possuir amor-próprio é saber o que é melhor para si, ou seja, saber o que deve ser feito para manter suas faculdades físicas, mentais, materiais e sociais nas melhores condições possíveis. Auto-preservação; almejar o que traz benefícios e rejeitar o que é destrutivo; ou interesse no que diz respeito a si. Assim, este termo é apenas a introdução do autointeresse referido na RN e que Smith já vinha trabalhando desde a TSM, ou seja, amor-próprio e autointeresse são sinônimos.

Já na terceira perspectiva se enquadra Torres (1998), que entende o amor-próprio como autoestima, autoaprovação, respeito por si como se o outro fosse. Logo, está vinculado com o julgamento de um “terceiro”, mas que neste caso, é de si, ou seja, o julgamento dos nossos próprios atos que deriva do julgamento feito a outrem. Já autointeresse seria respeito por si, utilizado em um contexto de negócios.

Smith expõe que as virtudes morais variam de acordo com a conveniência. Em assim procedendo, o sujeito egoísta está submetido à sociabilização e ao espectador imparcial dele mesmo –autodomínio, que permite o ajuste do egoísmo ao desejo de ser sociável e conveniente, desencadeando em redução de paixões egoístas (LUX, 1993).

---

ficar de lado em nome da prosperidade. Parece haver, portanto, uma certa dubiedade em Fonseca (1993) ao posicionar Smith.

<sup>14</sup> Ver Bianchi e Santos (2007).

<sup>15</sup> Por este justo motivo, até o presente momento tais termos estão sendo referidos como sinônimos e serão assim entendidos até que eles sejam dissociados, o que será feito no último capítulo.

<sup>16</sup> O estoicismo é uma doutrina filosófica que afirma que o universo é corpóreo e governado por um Logos divino. Hirschman (1979) explora a influência de estoicos como Espinoza sobre Smith.

O amor por si é “a preocupação com a nossa própria felicidade [e ela] nos recomenda a virtude da *prudência*, a preocupação com as outras pessoas, as virtudes da justiça e da benevolência” (SMITH, 1999, p. 327, grifos acrescentados).

Deste modo, é consenso entre estas duas visões que ambos termos (amor-próprio e autointeresse) foram entendidos como egoísmo e assim foram considerados na ciência econômica. O que para Bianchi e Santos (2007) é uma caricatura grosseira e deturpada, já que Smith se referia ao egoísmo em um sentido pejorativo. Entretanto, para entender isso, é preciso estudar TSM, material não mais lido na formação-padrão do economista atual.

Ver Smith como um defensor do egoísmo é um equívoco, pois mesmo o homem autointeressado não prejudica outrem, já que isto é necessário à aprovação do espectador imparcial e do aval social. Trata-se de uma motivação moralmente neutra, já o egoísmo é condenável. Deste modo, o interesse próprio pode se tornar um vício e o resultado social pode não ser benéfico.

O homem smithiano busca a riqueza, mas sem violar a lei da justiça<sup>17</sup>, mesmo que esta relação seja a mais impessoal. Assim sendo, o egoísmo em Smith significa a meta do ganho, escolher o melhor para si. Sujeito, no entanto, à sociabilidade geral que exige moderação de vícios para não ser desaprovado e manter a simpatia, um comportamento econômico que observa a conduta moral nos limites da prudência.

Há no homem também o prazer no benefício alheio:

Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considera a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela (SMITH, 1999, p.5)

[Assim] na corrida por riqueza, honras, e privilégios, poderá correr o mais que puder, tensionando cada nervo e cada músculo, para superar todos os seus competidores. Mas se empurra ou derruba qualquer um destes, a tolerância dos espectadores acaba de todo. É uma violação à equidade, que não podem aceitar (SMITH, 1999, p.104).

[...] se sempre somos mais profundamente afetados pelo que interessa a nós mesmos do que pelo que diz respeito aos outros homens, o que leva os generosos, em todas as ocasiões, e os maus em muitas, a sacrificar seus próprios interesses pelos interesses maiores de outros? [...] É a razão, o princípio, a consciência, o habitante do peito, o homem interior, o grande juiz e árbitro da conduta. É ele que, sempre que estamos por agir, de modo a

<sup>17</sup> Este caso seria o de uma sociedade tida como aperfeiçoada.



afetar a felicidade alheia, grita por nós, com uma voz capaz de deixar estupefata as nossas mais presunçosas paixões, que somos apenas um na multidão, em nada melhores do que qualquer outro indivíduo; que, ao nos preferirmos aos outros tão vergonhosa e cegamente, nos tornamos objetos apropriados de ressentimento, horror e execração (SMITH, 1999, p. 166).

Nesta passagem fica clara a associação entre os dois livros. Isso porque mesmo na procura por riquezas, há a ponderação moral; há busca da equidade. Desta feita, o homem virtuoso, para Smith, possui autocomando sobre seus sentimentos egoístas e sensibilidade sobre os sentimentos dos outros, sendo incapaz de passar por cima de outros interesses em benefício do seu. Sua ambição é limitada pela prudência e pela justiça. Sob tudo isso, o homem está apto a agir acima de seu interesse.

Neste sentido, parece que de fato não há inconsistência no pensamento smithiano. Ao contrário, ele é coerente. Assim sendo, restariam apenas duas hipóteses: ou Smith vê dois mundos paralelos e com condutas diferentes ou de fato TSM e RN estão interligadas e a origem da controvérsia residiria na má interpretação de Smith. Porém, na citação acima, há o enlace entre os dois mundos (econômico e social). Há evidências, portanto, de que a leitura canonizada na ciência econômica é equivocada<sup>18</sup>.

## **2.4 A assunção de continuidade entre os livros**

Embora se associe Smith a Mandeville, tendo em vista que ambos demonstram, supostamente, como os vícios privados trazem benefícios públicos, é importante frisar que o segundo não possui uma preocupação com o caráter da conduta individual, mas tão-somente com suas consequências e que, adicionalmente, vê as virtudes humanas como catastróficas

---

<sup>18</sup> O referido equívoco faz alusão a não consideração das ponderações morais presentes no conceito de egoísmo em Smith, assim como à ideia de que Smith é um defensor do egoísmo. É tido como engano também a visão de que não há continuidade entre seus dois trabalhos. Embora aqui seja entendida como equivocada esta visão, ela

para os negócios (BIANCHI; SANTOS, 2005). Por estes motivos Smith, em TSM, critica Mandeville por suas ideias “perniciosas” e “errôneas em quase todos os aspectos”, chamando ainda este autor de amoral. Neste mesmo sentido, Smith entende que Hobbes não compreendeu o sistema da compaixão (LUX, 1993, p.117-120).

Além destes elementos supra citados, nas célebres passagens em que Smith trata da produção com vista ao seu interesse e não à benevolência, há todo um contexto em que não fica perceptível ao se ler tão-somente as frases anteriormente destacadas. A referida sentença está sob o capítulo intitulado “O princípio que dá origem à divisão do trabalho”. Nele o autor deseja mostrar que a divisão do trabalho, fonte de ganhos de produtividade, tem origem na propensão natural do homem em permutar. E para argumentar que a divisão do trabalho traz o benefício social, Smith assume que nela um acaba produzindo para o outro, mas de forma a ganhar com isso. Ele não quer dizer que o açougueiro é frio e calculista e que o padeiro é desonesto e corrupto.

Smith quer transmitir a ideia que se o homem deseja enriquecer, será bom para ele individualmente e, de forma adjacente - agregando-se os resultados - a sociedade como um todo enriquecerá, e isto é bom. Neste caso, o interesse próprio pode ser entendido como algo benéfico para o indivíduo, e não estando, portanto, carregado com outras associações efetuadas a este termo. Parece equivocado, portanto, intitular Smith um defensor do egoísmo que vê como salutar à coletividade este sentimento<sup>19</sup>. Ao contrário, ao longo do capítulo em que ele trata da divisão do trabalho e do que o precede, Smith desenvolve que a cooperação entre os indivíduos de uma sociedade é o que traz o benefício a todos, de forma a sinalizar a dependência de uns para com os outros:

[...] perceberemos que sem a ajuda e cooperação de muitos milhares não seria possível prover às necessidades, nem mesmo de uma pessoa de classe mais baixa de um país civilizado, por mais que imaginemos — erroneamente — é muito pouco e muito simples aquilo de que tais pessoas necessitam. [...] (SMITH, 1996, p.71).

---

não pode ser tida como indiscutível. Ainda assim, a leitura neste trabalho aceitará como um equívoco, uma vez que são apresentados argumentos tidos como suficientes para justificar esta percepção.

<sup>19</sup> Subseqüentemente serão aprofundadas as controvérsias sobre os termos “egoísmo” e “interesse próprio”.

Nítido também fica na seguinte sentença que, para Smith, os homens são dependentes uns dos outros e não autocentrados:

[...] entre os homens, os caracteres e as habilidades mais diferentes são úteis uns aos outros; as produções diferentes e dos respectivos talentos e habilidades, em virtude da capacidade e propensão geral ao intercâmbio [...] são como que somados em um cabedal comum, no qual cada um pode comprar qualquer parcela da produção dos talentos dos outros, de acordo com suas necessidades (SMITH, 1996, p.76).

O egoísmo em Smith está, portanto, restrito à busca da riqueza de forma digna, mas ele é socialmente aceito, já que é polido pela moralidade. Desta maneira, as relações econômicas estão submersas nas relações sociais (morais) e não se separam. Sendo a convivência adequada à sociabilização.

Quintana (2001) pontua que Smith parte da filosofia moral para compreender todas as esferas das relações interpessoais, assim como seu caso particular: a economia política. Explicando a sociedade a partir da interação moral.

Diante de tudo o que foi exposto, parece razoável se apegar a apenas uma hipótese: há continuidade entre TSM e RN. Ou seja, não existem dois mundos paralelos. Do ponto de vista smithiano, a economia política (RN) requeria uma explicação prévia das questões morais (TMS). Assim, há interpenetração entre o comportamento moral e o econômico à medida que a busca do ganho privado não elimina os laços entre os homens (TORRES, 1998).

Mesmo que esta segunda interpretação da obra de Smith como um todo não seja consensual e mesmo tendo o autor deixado espaços para polêmicas, assumir-se-á a visão de que não houve uma ruptura entre os dois livros de Smith, ou seja, será seguida a interpretação de que o egoísmo em Smith é moralmente condicionado. Longe de ser arbitrária, esta versão está em acordo com o consenso de que a conduta humana em Smith é diferente dos autores clássicos e neoclássicos subsequentes a ele. A toda sorte, partindo-se deste pressuposto, corre-se o risco de ser parcial.

Tendo nesta análise sido descartada a visão de que há ruptura na obra de Smith, é preciso avançar para os autores posteriores a ele. Ou seja, convém verificar como os autores

clássicos entenderam Smith. E como ficará claro, eles o entendem reconhecendo o egoísmo humano como benéfico. Ou seja, a interpretação efetuada começa a explicar a metamorfose ocorrida do homem smithiano.

## 2.5 A versão descontextualizada se torna padrão

Calcadas nas bases do egoísmo em Smith, os economistas que o precedem elaboram proposições que buscam no comportamento humano a fundamentação das leis econômicas. Embora Smith estivesse assentado nas premissas que vislumbram a iniciativa individual e a propriedade privada como motivações para o ganho, o progresso da ciência econômica deixou o homem mais individualista na busca de seu lucro.

David Ricardo (1771-1823) torna a economia mais objetiva, com leis universais, eliminando parte do *subjetivismo*<sup>20</sup> de TSM. Mesmo que ele não desenvolva sua teoria a partir do indivíduo, também entendia que a dimensão máxima do homem residia no autointeresse (FONSECA, 2003).

Entretanto, elementos que influenciam os pensadores, os quais serão abordados no próximo capítulo, modificaram o conceito smithiano. O homem sob o prisma teórico passa a “[...] preferir mais a menos, escolher a mais alta taxa de rendibilidade, minimizar os custos unitários e, sobretudo, prosseguir o interesse próprio *sem qualquer atenção explícita para o bem-estar dos outros*” (BLAUG, 1994, p. 323-324, grifos acrescidos).

Além de não se encontrar esta proposição em Smith, ela é diametralmente oposta a já citada sentença deste, na qual o autor entende que o homem também se interessa pelo bem-estar dos outros. Deste modo, há um equívoco ao se considerar que o rumo tomado pela

---

<sup>20</sup> Prado (1991) conceitua o subjetivismo como um modo de interpretar a experiência comunicativa, tomando o conhecimento a partir de um espelhamento perceptível no mundo exterior ou no mundo interior.

ciência econômica está referendado pelas considerações de Smith no que toca o egoísmo humano.

Seja por convicção ou ironia o resultado aponta para um destino onde o indivíduo, fechado em si próprio, constrói um mundo regido pela lei da selva. O *homo oeconomicus*<sup>21</sup> da economia ortodoxa moderna encontra nele muito mais motivos de inspiração do que na obra de Smith [...] Certas interpretações da obra de Smith estão, à partida, mutiladas pela leitura parcelar do seu trabalho, circunscrita à *Riqueza das Nações*. Este livro, sem dúvida, extraordinário, revela-se todavia insuficiente para apreender o sentido amplo da mensagem do seu autor (TORRES, 1998, p. 119-120, grifos no original).

Smith considera ser a interação do agente com o grupo a fonte de transformação do homem em ser moral. Desta maneira, o individualismo firmado ao longo do caminho da ciência econômica é diferente da concepção deste pensador. Como destaca Torres (1998), a economia se emancipou da filosofia moral com “mutilações” do pensamento smithiano, de tal forma que ela foi se separando das ciências sociais.

Logo, a interpretação da frase célebre antes citada é parcial e descontextualizada do resto da obra de Smith, já que a busca do interesse próprio está em consonância com a adequação do convívio social. Deste feito, Ganem acentua que “[...] o nascimento da economia em Adam Smith *não se faz rompendo com a moralidade*” (GANEM, 2000, p. 31, grifos no original). Ao que parece, entender a economia exige compreensão da filosofia moral, ao menos em Smith.

Desde modo, se é verdade que emprega o conceito de *self-love* como necessário à actividade e ao progresso económico, não é no sentido individualista e egoísta do *homo oeconomicus* fechado sobre si próprio, cujas “virtudes” fariam pretensamente obstáculo ao contágio das paixões. É antes no sentido de “amor-próprio” ou mesmo de “auto-estima” que precisa do aval social (*simpatia*) para se desenvolver. Com vantagem para o próprio indivíduo, evidentemente, mas sem que este se corte da sociedade. O *self-love* só é individualista e egoísta nessa medida [...] se subordinarmos as análises da RN ao sistema da TMS, somos conduzidos a inverter as conclusões individualistas da economia convencional (TORRES, 1998, p. 118, grifos no original).

---

<sup>21</sup> O conceito de *homo economicus* será aprofundado subsequentemente.

Se for seguida a interpretação apontada por Cerqueira (2003) de que a intenção de Smith era ter a TSM como uma forma de contrabalançar os vícios inerentes a uma sociedade mercantil, teria ocorrido um erro de interpretação capaz de distorcer o que foi intento de Smith. Não apenas por ter sido de certa forma esquecido o que postulou sobre a simpatia, a generosidade, a justiça e humanidade, mas fundamentalmente por ter deixado como herança a defesa do autointeresse e a ideia de que tais escolhas levam aos melhores resultados para o bem-estar da sociedade. Ou seja, a leitura que se manteve é parcelar, pois foca apenas o autointeresse. Deixando, portanto, espaço para se repensar a teoria econômica de Smith, devido ao tratamento por ele dado a questões presentemente não pautadas.

Para os autores posteriores a Smith, entretanto, e mesmo na formação dos economistas, a versão padronizada é outra. Pode ela ser textualmente observada em obras especializadas, que ao se referirem a Smith, informam que era necessário atribuir

[...] um papel socialmente positivo ao egoísmo: esta operação é o que caracteriza o pensamento de Smith [...] um comportamento correspondente ao objetivo egoísta justifica-se [...] quando um indivíduo se esforça por conseguir a maior vantagem pessoal na troca, vai mais além de sua própria vantagem, de tal sorte que seja máxima a disponibilidade de bens para todos [...] Os vícios que Mandeville denominava “vícios privados”, e que no mecanismo da produção e da troca seriam, transformados em “virtudes públicas”, para Smith não constituíam realmente em vícios, sequer no plano privado; tratava-se disso sim, de tendências também positivas (NAPOLEONI, 1987, p. 46-47).

Napoleoni (1987), portanto, não apenas aproxima Smith de Mandeville, com vai além, diz que o que era vício em Mandeville, se torna virtude em Smith, saudando, neste sentido, o egoísmo. Assim sendo, Smith foi mal interpretado. Bianchi e Santos (2007) chamam a atenção para o fato de que foi canonizado que o egoísmo traria o bem público devido a atenção exclusiva à célebre frase de Smith em a RN. Parece estar no erro de interpretação a origem da controvérsia. Contudo, a mudança ocorrida no que tange a postura egoísta do homem teve outros motivadores que não apenas a descontextualização da obra de Smith. Desta maneira, faz-se necessário estudar como se deu esta ruptura e quais são os nexos que

explicam tal alteração. Para ser possível, subsequentemente, analisar os resultados deste percurso.

### **3 DETERMINANTES QUE ENFATIZAM O EGOÍSMO DO AGENTE ECONÔMICO**

Entre a concepção que Smith tinha sobre o egoísmo humano e a transformação subsequente deste comportamento, há uma larga distância. Não apenas porque parte da obra de Smith ficou esquecida, mas muito fundamentalmente por outras influências que penetraram na ciência econômica. Desde conceitos filosóficos, passando por questões da própria metodologia da ciência, até a necessidade de limitar o escopo de estudo da econômica. Estas mudanças, não se deram, no entanto, sem contradições e confusões de conceitos. Houve ainda fragmentos da análise smithiana que foram ignorados. Impõe-se, portanto, a desconstrução deste caminho, de forma a mostrar como se deu esta mudança conceitual.

Neste sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar as correntes que mutaram o postulado do egoísmo. De maneira adjacente, há a contribuição ao se descortinar cada movimento, uma vez que na literatura eles se encontram recorrentemente sobrepostos. Não é pretensão deste capítulo analisar detalhadamente cada um dos elementos em sua extensão. Ao contrário, para não ser perdido o foco deste estudo, buscar-se-á apenas demonstrar como cada um deles contribuiu no movimento observado que rumou ao homem mais egoísta.

#### **3.1 Influência do individualismo e do individualismo metodológico**



O individualismo foi um dos elementos que influenciou no aumento do egoísmo do agente econômico. Este agente é o ponto de partida na análise dos efeitos da conduta humana na ciência econômica, contudo, no tempo em que se usa o termo “individualismo” torna-se indispensável clarear seu significado, dirimindo confusões existentes em torno deste conceito.

A palavra “individualismo” é utilizada para designar diferentes significados, embora eles se interpenetrem, quais sejam: a) para fazer referência ao isolamento de um indivíduo, seja de outras pessoas, seja de relações sociais; b) pra explicar ou defender ideais de liberdade individual; c) para se analisar um determinado fenômeno a partir das reações dos indivíduos, ou seja, explicar algo com base na conduta individual e; d) para se referir à conduta de um homem que coloca o seu interesse acima do interesse da coletividade, ou que tem desinteresse pela individualidade de outro homem ou ainda se despreocupa e despreza os demais membros da sociedade.

Feita esta breve classificação, cabe detalhar alguns destes pontos, os quais geram confusões de conceitos, já que facetas do individualismo penetraram na ciência econômica direta ou indiretamente, inclusive fortificando a assunção do egoísmo dos homens.

### 3.1.1 O movimento individualista

O individualismo é visto por Bianchi e Aguiar (2009) como um fruto da renascença, ou seja, sua origem é anterior a Smith. Entretanto, este movimento tem íntima relação com o individualismo metodológico, o qual se firmou em um período posterior. Desta maneira, cabe retomar a solidificação do individualismo.

Autores antes apresentados como Hobbes e o Mandeville estão entre aqueles enquadrados na filosofia individualista. O primeiro via o homem como intrinsecamente egoísta e o segundo encontra neste sentimento o progresso do capitalismo. O individualismo é

abordado pelos autores no sentido de colocar o seu interesse acima do interesse dos demais. Porém, esta filosofia se disseminou na época da expansão capitalista e serviu de base para argumentações dos ideais liberais.

Por este motivo, o individualismo e o liberalismo são comumente confundidos e cabe uma sucinta distinção para melhor examiná-los. Sob a ideologia liberal, o ser humano deve ser livre e independente para seguir seus impulsos privados por lucro. As restrições de concorrência e de comércio devem ser eliminadas para permitir a livre iniciativa<sup>1</sup>. No período de seu surgimento, a sociedade buscava espaço para desenvolver as liberdades individuais, em confronto com as restrições mercantis.

De outro lado, o individualismo também se refere à preeminência do indivíduo sobre a coletividade, assim como a um comportamento egoísta, embora haja na primeira caracterização conexão com o liberalismo. Parte desta interpenetração se dá porque nas duas visões, o indivíduo vem antes da sociedade, sendo ainda guiado pelo autointeresse. Mesmo em Hunt (1989, p. 50) nota-se a sobreposição destes conceitos nas seguintes sentenças:

[...] A economia de mercado capitalista, que se estava ampliando significativamente em áreas muito importantes da produção e do comércio, precisava de um comportamento baseado na iniciativa individual, aquisitivo, para funcionar bem. Neste contexto, começam a aparecer novas teorias sobre o comportamento humano. Autores começam a afirmar que os motivos pessoais e egoístas eram os motivos básicos – quando não os únicos – que levavam o homem a agir [...] As doutrinas individualistas e egoístas foram defendidas por estes homens [capitalistas] e começaram a dominar o pensamento econômico [...] Das idéias dos capitalistas sobre a natureza humana e de suas necessidades de serem livres das grandes restrições econômicas é que nasceu a filosofia do individualismo, que serviu de base para o liberalismo clássico.

Assim, para explicar ou defender o liberalismo, o comportamento individualista servia de base teórica. John Locke (1632-1704) é o expoente que defende os direitos individuais, a propriedade privada e a liberdade individual (PAULANI, 1999). Locke entendia que a identidade do indivíduo não pode ser aferida a partir do corpo organizado; de um conjunto

---

<sup>1</sup> O individualismo é confundido com liberalismo, que por sua vez é confundido com capitalismo. Não é do escopo do presente estudo detalhar o que é entendido por liberalismo e quais posições estão sob este conceito. Cumpre, no entanto, clarear que se tratam de diferentes conjuntos de ideias, mesmo que interligadas. Note-se certa sobreposição destes conceitos em Souza (2005), Keynes (1983), e mesmo em Hayek (1968) e Hunt (1989).

social, ou seja, ele pontua que os indivíduos precedem a sociedade e esta é a união de indivíduos. Logo, é a partir daquele que ela é explicada. Em sua obra, o autor centra-se no indivíduo, auxiliando, assim, a se firmar o individualismo. Nele o homem é o sujeito; é quem faz a sociedade. De qualquer forma, o autor não vê os homens isolados de relações sociais, eles estão submersos em uma teia moral e subordinados a uma ordem que transcende a individualidade. O sujeito lockiano não é isolado e nem absoluto, ao contrário, é dependente da organização social (AGUIAR; BIANCHI, 2009).

Na teorização de Locke, há a defesa da liberdade e também há raízes do individualismo metodológico<sup>2</sup>. Schumpeter (1968, p.20) destaca o papel fundamental que esta visão do mundo desempenha para explicar o desenvolvimento das ciências:

Daí se deduzem duas conseqüências bem compreensíveis: adotou-se, de um lado, um ponto de vista individualista, isto é, acreditou-se ver nas causas que fazem agir o indivíduo isolado a chave que permite interpretar os fatos sociais; por outro lado, chegou-se a considerar que havia uma ordem imutável das coisas sociais [...]<sup>3</sup>

Fica claro, portanto, que o individualismo adentra na economia de maneira diferenciada. Antes o homem estava submerso na realidade social, e aos poucos, ele vai se isolando para os teóricos econômicos, como assevera Schumpeter<sup>4</sup>.

Sob o pano de fundo do iluminismo, o homem ganha papel de destaque nas análises. Há uma confiança na consciência e na capacidade de cada um, pois todos sabem o que é melhor para si, o que auxilia a firmar o individualismo. O ser humano deveria ser independente; livre; guiar sua vida (AGUIAR; BIANCHI, 2009). Entretanto, afirmar liberdades individuais é diferente de isolar o homem das relações sociais. O que por sua vez se distingue de analisar fenômenos a partir do indivíduo. E este último não possui relação com um indivíduo egoísta<sup>5</sup>. Mesmo assim, todas estas facetas do individualismo estão imbricadas na economia. Estes conceitos ficam justapostos na análise e no agente econômico, tornando-o mais egoísta e auxiliando a explicar a mutação conceitual.

---

<sup>2</sup> Este aspecto será abordado na seção seguinte.

<sup>3</sup> Nesta citação há ainda traços do positivismo que também é exposto de maneira sobreposta, como ficará claro nos sub-capítulos seguintes.

<sup>4</sup> Tal mudança se justificará na sequência.

<sup>5</sup> Em Teixeira (2003), tais conceitos estão sobrepostos.

### 3.1.2 Individualismo metodológico

O individualismo metodológico<sup>6</sup> é um desdobramento do movimento individualista anteriormente exposto. Ele sai de seus pilares para constituir um método. Trata-se de uma doutrina em que todos os fenômenos sociais são explicáveis em termos de atitudes e decisões individuais. Deste modo, para utilizá-lo, é necessário conhecer o fenômeno internamente; dentro do indivíduo. Em sua forma mais extremada, entretanto, este método parte do indivíduo isolado de relações sociais para determinar as reações humanas. A partir de uma avaliação subjetiva do homem, este é deslocado de seu meio cultural, histórico e ético, tidos como dados, ou seja, são ignoradas as reações internas, imersas na teia social<sup>7</sup>.

Nas raízes deste método, além de Locke, se encontra René Descartes (1596-1650), pois este autor considera que o todo é a soma das partes. Ao se adaptar tal percepção às ciências sociais, entende-se que o comportamento do indivíduo é a parte que forma o todo. Assim, o pensamento analítico cartesiano referenda que através do estudo segmentado é possível compreender a totalidade (TEIXEIRA, 2003).

Embora Smith parta das motivações humanas para explicar a economia política, é particularmente John Stuart Mill (1806-1873) que aumenta o papel do indivíduo na construção metodológica da análise econômica. O referido autor explica os fenômenos sociais a partir do comportamento individual, restringindo sua análise a fatores econômicos. Ele faz entrar no escopo da economia a assunção de que os homens devem ser estudados a partir de suas características comuns e não das especificidades<sup>8</sup>. Ainda assim, é só após a morte de Mill que se acentua o individualismo metodológico, já que Mill via ainda o homem submerso numa rede de relações sociais, do mesmo modo que Locke.

---

<sup>6</sup> Este termo foi cunhado por Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), contudo fazendo referência ao método empregado ainda pelos autores clássicos.

<sup>7</sup> Ver Paulani (1995), Hofmann e Pelaez (2008) e Blaug (1994).

<sup>8</sup> Paulani (2005) apresenta como se deu este processo. Detalhes sobre esta mudança pautam o capítulo seguinte.

Carl Menger (1840-1921) ratifica a posição de que era preciso entender a realidade a partir do indivíduo, já que o agregado era disperso e confuso. Mas de modo mais extremado, o autor não era afeito à análise coletiva, chegando a ter aversão ao termo “interesse nacional”, pois esta expressão, ao ser utilizada, sugeria haver a possibilidade de ser separado o interesse de uma população dos de seus integrantes. Agregado social era, para o autor, tão somente um compêndio de partes. Assim sendo, a percepção do indivíduo deveria ser a única analisada (HUNT, 1989).

Desta maneira, o próprio individualismo metodológico passa por uma mudança, já que em um primeiro momento existem relações sociais no indivíduo que fundamentam a análise, entretanto, elas desaparecem posteriormente. Mais do que isso, outros elementos que não os econômicos ficam aquém das considerações efetuadas. Neste instante<sup>9</sup>, o sujeito passa a ser pleno em suas ações. Particularmente os neoclássicos analisam o homem de forma a não questionar outros valores que não o seu autointeresse<sup>10</sup> (PAULANI, 1998). Após os neoclássicos este método passa a considerar o agente como representativo para a coletividade, deste modo, os fenômenos sociais se embasam na concepção de homem autocentrado, com motivações subjetivas que explicam a ação econômica.

Na forma adotada na ciência econômica a partir de então, portanto, já se observa a junção entre um agente isolado e a análise a partir do indivíduo, ao contrário da visão lockiana. Sob a primeira visão, os agentes autônomos e isolados proporcionam o bem-estar social, haja vista que cada um fará o que é melhor para si, o que, dito em outras palavras, significa que a sociedade como um todo terá o melhor possível (GANEM, 2003). Começa, neste contexto, a clarear como o homem vai de independente<sup>11</sup> a autocentrado<sup>12</sup>, de autocentrado a isolado<sup>13</sup> e, conforme ficará nítido, de isolado à egoísta. Este processo faz com que a ciência econômica vá se afastando das demais ciências sociais, pois ela se entende suficiente o bastante para compreender os problemas econômicos, sem levar em conta aspectos históricos, culturais e políticos. Ou, de outra maneira, há a universalização dos fenômenos econômicos entendidos como comuns a qualquer forma de sociabilização<sup>14</sup> (TEIXEIRA, 2003).

---

<sup>9</sup> Conforme será explicitado, há coerência também com o positivismo, o qual é avesso à metafísica.

<sup>10</sup> Subsequentemente outros elementos que auxiliaram nesta mudança serão melhor explorados.

<sup>11</sup> Visão do liberalismo inglês.

<sup>12</sup> Visão do movimento individualista.

<sup>13</sup> Reflexo do individualismo metodológico extremado.

<sup>14</sup> Novamente em coerência com o positivismo, a qual intenta universalizar o método científico.

Conforme exposto acima, o individualismo metodológico é comumente confundido com a liberdade individual, a qual emerge a partir do movimento individualista. Na ciência econômica se percebe esta sobreposição de conceitos. Diversas vezes em que se deseja defender o liberalismo econômico, é defendido o individualismo metodológico. Em Hayek (1968) esta confusão é patente<sup>15</sup>.

A análise no nível individual deixa de considerar que o agente avalie algo que não é de seu interesse em suas decisões, conforme conceituou Blaug (1994) ao indicar que no interesse próprio não haveria atenção ao bem-estar dos outros. Aqui, entretanto, já se observam raízes utilitaristas no individualismo metodológico, os quais também possuem relações e, da mesma forma, são comumente misturados.

### **3.2 Influência do utilitarismo**

O utilitarismo é uma corrente filosófica ampla, que passou por mudanças de concepções ao longo do tempo. Busca-se aqui demonstrar que estas alterações se deram à medida que tal pensamento foi sendo absorvido pela ciência econômica. Também é pauta deste sub-capítulo a maneira com que a referida corrente impactou sobre a economia.

Hutcheson foi o primeiro a utilizar o termo “utilitarismo”, para designar um senso que percebe a satisfação do indivíduo como o bem geral; para se referir àquilo que dá prazer, como a benevolência e o comportamento virtuoso de outrem, assim como para indicar a aprovação do altruísmo. Hume enquadra este conceito àquilo que é útil para a vida social, sendo exemplos: caráter humanitário, amizade, benevolência, gratidão, assim como fidelidade, honra, lealdade, e também afabilidade, moderação, misericórdia e generosidade. Virtudes estas consideradas fontes de afeição pública. Utilitarismo é ainda, para Hume, exibir ao público a serventia individual, enumerar seus préstimos à sociedade; promover o interesse

---

<sup>15</sup> No terceiro capítulo ficará perceptível tal confusão feita por Hayek.

social e facilitar a vida comum. Nesta mesma linha, Smith entende que querer ser útil, ter um trabalho que ajuda a sociedade e querer aumentar o bem-estar dela também são exemplos de atitudes utilitaristas (QUINTANA, 2001).

A despeito de já haver referências de ideias que organizavam as relações humanas com vista à “maior felicidade possível” no século XVIII, como nos autores citados que viam a utilidade como um princípio moral, Jeremy Bentham (1748-1832) é quem dá forma e corpo à *filosofia utilitarista*.

Na visão benthamita o princípio da utilidade faz aprovar ou desaprovar alguma ação, de acordo com a tendência de aumentar ou diminuir a felicidade de uma pessoa cujo interesse está em jogo<sup>16</sup>. Utilidade é o que traz benefício, vantagem e bem, assim como é o que impede dano, mal e dor. Busca-se, de acordo com tal princípio, maximizar o prazer e minimizar a dor. Para Bentham, todas as motivações humanas são advindas do desejo de maximizar a diferença entre estas duas sensações, as quais são vistas como iguais, porém simétricas. Este é considerado o âmago de todo o comportamento e também das decisões humanas, em todos os locais, em qualquer tempo<sup>17</sup>. Assim, cada um age para o seu interesse, conforme suas palavras: “No curso geral da vida, em todo o coração humano, o interesse próprio predomina sobre todos os outros interesses em conjunto... A preferência por si tem lugar em toda parte” (BENTHAM<sup>18</sup>, 1954, p.421 *apud* HUNT, 1985, p.148).

Aqui sim há visível influência de Hobbes e sua caracterização egoísta do homem. Este último pensador via inclusive a compaixão como um disfarce ao autointeresse. Vale reforçar que para Smith a percepção de utilitarismo era antagônica a esta. Sendo assim, é mais uma vez um equívoco enquadrar Smith como coerente a Bentham.

Conforme se verificará, o autor deixa esta herança à economia. Mas há ainda outros elementos que irão confluír posteriormente à construção metodológica da ciência econômica. Para Bentham, “comunidade” era uma abstração, já que ela é tão-somente a soma de indivíduos. Ou seja, os interesses da sociedade podem ser atingidos pela soma de interesses individuais<sup>19</sup>. Assim sendo, se cada um cuidar de seus interesses, o interesse geral será atingido. Já a obediência civil se justificaria apenas se ela contribuísse para a felicidade (PAULANI, 1999). Nota-se a junção que este princípio traz dos interesses particulares com o

<sup>16</sup> Ver Schumpeter (1964), Paulani (2005) e Lux (1993).

<sup>17</sup> Subsequentemente ficará explícito a confluência com o positivismo.

<sup>18</sup> BENTHAM, Jeremy. *Jeremy Bentham's Economic Writings*. Londres: Allen & Unwin, c1954, v.3.

geral. Há, neste caso, certos traços de Helvétius, que entendia ser a conduta humana fundamentada nos interesses individuais (PAULANI, 2005).

O utilitarismo hedonista entende que os homens são movidos para satisfazer os seus desejos, ou seja, cada um faz o que é melhor para si em busca de seus fins. Trata-se, portanto, de uma explicação individualista para a ação, de modo que a sensação de prazer não está associada às relações sociais (AUGUSTO, 2009).

Sob esta roupagem é que o utilitarismo penetra com vigor na ciência econômica. Embora Bentham entenda que as ações dos homens são sempre guiadas pelo seu interesse, sua interpretação de “interesse” se refere a qualquer objeto de desejo humano. Mill, de outra maneira, prefere ater-se ao interesse material: “[...] portanto, o termo interesse deve ser entendido [...] como significando aquilo que é normalmente chamado de interesse pessoal ou material” (MILL, 1999, p.88). Mill, ao assim compreender, também assume o princípio da utilidade.

Jean-Baptiste Say (1767-1832) vê a utilidade como a maneira de medir o valor dos bens, ou seja, a utilidade é agregada ao longo do processo produtivo (HUNT, 1989). William Nassau Senior (1790-1864) elabora a máxima, em forma de axioma, de que todas as pessoas desejam maximizar a riqueza com o mínimo de sacrifício. Passa a ser assumida de forma mais intensa, portanto, a premissa de que as ações dos homens são determinadas pelos seus interesses, os quais nunca são plenamente saciáveis. Senior assume ainda que as motivações intrínsecas da natureza humana refletem o ser humano em geral. Na construção deste postulado, há uma excessiva ênfase no egoísmo, tido como a exteriorização da essência humana eterna e previamente existente (GERMER, 2003).

Mill, em outro sentido e de maneira a se contradizer, entende que nem todas as ações são guiadas pelo interesse próprio e tampouco todos os homens agem de maneira uniforme. Entretanto, ao se agregar os indivíduos, outras tendências se anulam:

Tomando então a doutrina neste sentido [interesse material], apresenta-se, *in limite*, uma objeção que poderia ser fatal, a saber, a de que uma proposição tão absurda está longe de ser universalmente verdadeira. Os seres humanos não são governados, em todas suas ações, por seus interesses materiais. Entretanto [...] não estamos, em geral, interessados na conduta de pessoas

---

<sup>19</sup> Nota-se o entrelace com o individualismo metodológico.



individuais, mas de uma série de pessoas [...] ora, tudo aquilo que é verdadeiro de uma larga maioria da humanidade pode, sem muito erro, ser admitido como verdadeiro de qualquer sucessão de pessoas consideradas como um todo [...] Assim [...] a conduta de uma sucessão de pessoas ou da maioria de um corpo de pessoas será governada, na maior parte, pelos interesses pessoais (MILL, 1999, p.88-89, grifos no original)<sup>20</sup>.

De outra maneira, Mill pensa não ser possível generalizar sempre tal situação. Particularmente quando fala do interesse dos governantes.

[...] Portanto, ainda que os interesses pessoais dos governantes ou da classe de governantes sejam uma força poderosa, constantemente em ação e exercendo a influência mais importante sobre suas condutas, há também, naquilo que fazem, uma larga parte para a qual o interesse pessoal não fornece, de nenhuma forma, uma explicação suficiente; até mesmo as particularidades [...] são influenciadas [...] por aquelas circunstâncias cuja ação sobre os governantes não pode ser incluída, sem impropriedade, no termo auto-interesse (MILL, 1999, p.90).

Mill entendia ser o esquema utilitarista inadequado e de pouca aplicabilidade. Ainda assim, ele auxiliou na penetração do utilitarismo na economia (SCHUMPETER, 1964). Deste modo, a visão de que os homens buscam o melhor para si tão-somente, vai se firmando na economia e, portanto, transfigurando a concepção smithiana.

Apesar disso, Keynes (1978) expõe que Bentham não achava fundamento razoável deixar de preferir a felicidade de um indivíduo a outro, nem no caso de preferir a própria felicidade em troca da queda de um terceiro. Nesta mesma linha, Hunt (1989) aponta outra contradição do utilitarismo com os ideais de alguns autores que se valem deste arcabouço. É o caso de Willian Thompson (1775-1833), que busca elaborar proposições pró-reforma social a partir do utilitarismo. Para o autor, o interesse próprio é a mola mestra de toda a ação humana. De outro lado, para ele, se todos os homens tiverem o mesmo tratamento e a mesma quantidade de riqueza, a felicidade de todos aumentaria. Logo, a distribuição de riqueza seria uma maneira de aumentar a utilidade da sociedade.

Bentham e Mill chegam também a conclusões semelhantes para avaliar reformas sociais. Entretanto, aponta Hunt (1989), não é possível afirmar que todos desejem o bem-estar

---

<sup>20</sup> Aqui já é nítido e definitivo a percepção de que a sociedade se explica pela soma de indivíduos, em conformidade com individualismo metodológico.

social. Para o utilitarismo cada um é o melhor juiz do que é bom para si<sup>21</sup>. Pode haver aquele que aumenta sua felicidade com a desgraça alheia.

Outra contradição flagrante se apresenta em Mill, ao argumentar que alguns prazeres são moralmente superiores a outros, o que validaria a política. No entanto, na ótica utilitarista, não é possível afirmar que o ganho de bem-estar social no filantropismo seja superior ao do misantropismo.

Adicionalmente, se os governantes praticarem políticas de distribuição de renda, estariam prejudicando a si mesmos, já que normalmente estes estão entre as altas classes. E, ainda que não alterasse a renda de gestores, implementar tal política, neste caso, não melhoraria sua condição, logo não restariam motivos para pô-la em prática, uma vez que não faz parte de seu interesse. Poderia ser mais vantajoso, aponta Hunt (1989), aceitar subornos para deixar de efetuar estas políticas. Em outros termos, tais ideais vão de encontro com os princípios utilitaristas.

Ademais, quando há distribuição de riqueza, alguns ganham, outros perdem. Mesmo que seja considerado que uma distribuição de renda aumente o bem-estar da maioria, estar-se-ia caindo em outra contradição. Isso porque para a filosofia utilitarista não há como estabelecer se a soma de prazer é maior do que a soma da dor, e tampouco se pode avaliar sensações subjetivas dos indivíduos, ainda mais sob aspectos morais. Em assim procedendo, salienta Hunt (1989), qualquer política exigiria consenso, pois se alguém discordasse, não haveria como dizer se a perda de bem-estar geral não seria maior do que o ganho, já que não há como mensurar.

Desta feita, embora alguns autores defendam o utilitarismo, ao ventilarem ideais igualitários e benevolentes, contradizem suas premissas. Surgem incoerências, deste modo, ao afrontar os valores dos autores com o seu arcabouço teórico. Além do dilema moral que o utilitarismo traz, há ainda restrições para se medir a utilidade.

Os marginalistas, contudo, percebem este conflito e o solucionam. A natureza humana passa a ser formulada matematicamente com base na visão utilitarista, de forma a captar a variação na margem da utilidade, medindo, portanto, a determinação dos valores pelos indivíduos. Contudo, a partir dos marginalistas, é desconsiderada qualquer outra motivação que não o autointeresse, inibindo conclusões igualitárias. Neste sentido, Hunt (1989) entende

---

<sup>21</sup> Postulado este que se coaduna com o movimento individualista.

que os marginalistas resgatam o utilitarismo de Bentham, ao ignorar outras motivações, e o redefinam, sendo mais benthamitas do que o próprio autor.

A premissa utilitarista já está absorvida quando William Stanley Jevons (1835-1882) entende que buscamos “[...] satisfazer ao máximo às nossas necessidades com o mínimo de esforço – obter o máximo do desejável à custa do mínimo indesejável – em outras palavras, maximizar o prazer é o problema da Economia” (JEVONS, 1988, p.47). Para o autor, o utilitarismo era a única base possível da teoria econômica.

Este movimento deixa o autointeresse no centro das hipóteses de conduta humana. Ele passa a ser a única motivação considerada. Neste momento, as ações humanas são tidas como movidas apenas pelo seu interesse, e assim se mantém na teoria convencional<sup>22</sup>. Assim, a atitude não mais é julgada certa ou errada, boa ou má; em linha com o que pontua Jevons: a economia estuda como os homens são e não como deveriam ser. Entretanto, há um outro elemento que auxilia na eliminação deste conflito, o qual será abordado na seção seguinte. Da mesma forma, esta concepção se solidifica a despeito da discordância de Mill em isolar apenas uma motivação para explicar os fenômenos sociais e passa a ser o único fator da ação humana estudada em economia (MILL, 1999)<sup>23</sup>.

### **3.3 Influência do positivismo**

O positivismo é um movimento intelectual amplo, que, ao longo do tempo, passa por algumas transformações. Ele inicia bebendo no empirismo de Francis Bacon (1561-1626), com o chamado positivismo clássico de Auguste Comte (1798-1857), segue com o positivismo lógico, do Círculo de Viena, passando também pelo empiricismo lógico. Ainda que sujeito a contradições, Karl Popper também é interpretado como positivista. A despeito

---

<sup>22</sup> Perdura, desta maneira, no cerne da teoria convencional, o interesse próprio como a única motivação humana considerada (HUNT, 1989).

de existirem diferenças não desprezíveis entre tais visões, elas serão aqui desconsideradas, uma vez que o âmago da questão abordada está presente em todas elas. Destarte, primeiro será brevemente elencado alguns dos elementos de seu desenvolvimento para depois adentrar-se na questão dos impactos do positivismo na ciência econômica.

Em sua origem, o positivismo estava ancorado no método da observação. Comte via relação estreita entre a técnica e a ciência. Isso o ajudou a entender que a ciência deve ater-se aos fatos observáveis sem investigar as causas dos fenômenos, buscar, portanto, as relações invariáveis deles, através da combinação entre raciocínio e observação. Na perspectiva comtiana, esse método é o último, o definitivo. Todo o problema que não fosse colocado em termos científicos seria falso (COSTA, 1986).

Nas bases do positivismo há herança de Immanuel Kant (1724-1804), que não credita apenas aos “fatos” a segurança de se teorizar, ou, dito de outra maneira, apenas com fenômenos não se conhece a coisa em si. É preciso, para ele, uma construção *a priori*, de forma a hierarquizar conceitos e interligar elementos, solidificando uma teoria abstratamente articulada. Isso liberta a ciência da metafísica<sup>24</sup> e do problema da indução<sup>25</sup> (PRADO, 1991).

A aversão à metafísica faz parte do arcabouço positivista. Neste aspecto, se observa a tentativa de banir especulações assim enquadradas, negando-se a “essência” das coisas. À ciência cabe o estudo do plano fenomênico, ou seja, observar “como” são os fatos; como se relacionam e não o “porquê”. Ao passo que a metafísica admite estudar o que são eles.

Ainda nas raízes do positivismo está Descartes. Ele acredita na possibilidade de se chegar a verdades indubitáveis por meio da razão, defendendo a construção abstrata. Contudo, os positivistas guardam alguma ressalva ao método cartesiano, pois o autor chega a conclusões metafísicas baseadas apenas na abstração dedutiva. Em sua construção metodológica de dúvida, Descartes percebe a existência da imperfeição e vê o homem nesta condição. Mas se existe imperfeição, tem de haver perfeição e ela se encontra em Deus,

---

<sup>23</sup> Tais contradições serão melhor exploradas subsequentemente.

<sup>24</sup> Os positivistas entendem que está no escopo da metafísica tudo o que se afasta do mundo fenomênico. Ou seja, o que não se pode ver, sentir, tocar. Se está além dos cinco sentidos humanos, é do campo de profetas e místicos (TEIXEIRA, 2003).

<sup>25</sup> Sustentação lógica lastreada em enunciados singulares, ou seja, há generalização a partir de exemplos empíricos isolados. Este método foi exaustivamente questionado até não ser tido como válido, pois pode facilmente levar a uma conclusão errada, mesmo que baseado em premissas verdadeiras. Exemplo clássico é o

conclui Descartes. O conhecimento verdadeiro é dado por Deus e se chega nele através da razão. Deste modo, por meio da razão e da abstração, o autor deságua na metafísica, em conflito com os positivistas (RUBANO; MOROZ, 1996). A toda sorte, a crença na razão contribui ao positivismo. Ainda no arcabouço cartesiano está a assunção de que a partir das partes se entende o todo, o que se presta ao positivismo, casando-o com o individualismo metodológico.

Em assim se construindo, a filosofia positivista absorve a crítica kantiana ao empirismo e, ao mesmo tempo, não se prende apenas à razão especulativa que de forma lógica chega à metafísica. Ou seja, o positivismo mais moderno confia na construção de teorias com rigor lógico, dedutivo, axiomático, mas entende que a teoria deve ter a base na experiência e ainda ser testada pelos fatos para que ela seja validada (PRADO, 1991).

Deste modo, embora o positivismo tenha nascido mais empirista, e em suas transformações tenha se mantido a percepção de que é vazia uma teoria que não se resume a termos observáveis, de outro lado, resiste a testabilidade indireta das hipóteses, não necessariamente verificáveis, senão através de seus resultados.

Assim sendo, o positivismo passa por alterações, as quais são aparentemente antagônicas, desde a confiança no empirismo até a imposição da abstração. Contudo, mesmo com posturas de certo modo conflitantes, todas estas visões se enquadram no positivismo. Isso porque alguns pilares básicos não se modificam. Justamente estes são os que importam na presente pesquisa, já que determinam os rumos da ciência econômica no que toca o objeto em estudo. São eles: a) a percepção de que a sociedade é regida por leis naturais e invariáveis; b) a visão de que a sociedade pode ser pesquisada com os mesmos métodos que as ciências naturais e; c) o consenso de que a ciência deve distanciar-se dos juízos de valor (TEIXEIRA, 2003).

Com relação ao primeiro ponto, convém indagar se não há uma contradição explícita, já que assumir que a sociedade é regida por leis naturais e invariáveis parece um postulado não observável; metafísico (TEIXEIRA, 2003). A toda sorte, esta asserção auxilia a se firmar o conceito de que as leis gerais explicam os fenômenos sociais<sup>26</sup>. Particularmente o

---

dos cisnes. Se um cisne preto nunca foi avistado, indutivamente se conclui que todos os cisnes são brancos (BLAUG, 1994).

<sup>26</sup> No capítulo seguinte ficará mais claro como isso impactou na ciência econômica.

comportamento egoísta dos homens é tido como uma lei geral, capaz de explicar a organização sócio-econômica.

O segundo aspecto destacado vem a referendar a utilização do individualismo metodológico. Não apenas por unificar os métodos, mas também por reduzir as diferenças qualitativas entre as sociedades, ou até desconsiderá-las. Conectando com o primeiro aspecto, temos então uma lei geral que estuda qualquer sociedade. Importa sublinhar que os conceitos se imbricam, o que auxilia a explicar porque eles são confundidos.

O segundo ponto possui ainda íntima relação com o terceiro. Este último afirma que a ciência deve distanciar-se dos preceitos morais ou dos juízos de valor<sup>27</sup>. Ou seja, a ciência deve se afastar ao máximo da metafísica. E o individualismo metodológico cumpre este papel, dado que estudos a partir da “coletividade” são entendidos como mais metafísicos do que estudos abordados a partir do próprio indivíduo (TEIXEIRA, 2003).

Destarte, o terceiro item se interpenetra no tema central do presente estudo. E por este motivo, cumpre detalhar como se deu este processo. Ele acentua um forte traço positivista: a ideia de que a filosofia não tem propriedade para explicar os fenômenos. Ao se apegar aos fatos, relega ao normativo a avaliação dos valores. Assim, a ciência se detém em descrições, não em normas e nem declarações éticas formais ou prescrições<sup>28</sup>.

Deste modo, a medida que o positivismo passou a obter influência na economia política, objetos de pesquisa a que Smith se dedicou formam mutilados do escopo da ciência. Os economistas passaram a interpretar que a ciência econômica não deveria discutir a conduta humana, e sim se apegar a fatos econômicos: “a Senior devemos a primeira exposição da agora familiar distinção entre uma pura e estritamente positiva *ciência* e uma impura e

---

<sup>27</sup> A seguir será detalhado este processo.

<sup>28</sup> Mesmo esta divisão deixa espaços para controvérsias podendo, por exemplo, asserções factuais terem juízos de atitude e normas serem enunciados descritivos. No tempo em que a economia positiva determina o seu método, é estipulada uma convenção, uma norma, deliberação coletiva. Ponto de absoluta contradição. Ao se escolher o que é científico, se normatiza. Pode ainda o fato se montar em um consenso coletivo e isso deve ser aceito entre os cientistas. O debate sobre a ciência social isenta de valores ou não, permite o espaço para alegar que a comunidade científica aceita determinados valores conjuntamente e expurga outros, como a assunção de que o comércio internacional é benéfico, ou a preocupação com o bem-estar e com a desigualdade social. Sem esquecer da seleção arbitrária de hipóteses, com destaque para as não factíveis como o *homem econômico*. Há aqueles que veem a ciência econômica como permeada de valores como Gunnar Myrdal. Schumpeter (1964) afirma que ao mesmo tempo em que os economistas definiam a ciência como isenta, debatem a distribuição de riqueza e têm certo desconforto com a desigualdade social, sentimento cercado de moralidade. A tentativa do economista de se furtar de juízos de valor o priva de análises frutuosas em diversas áreas de investigação. O tema é detalhado em Blaug (1994).

inerentemente normativa *arte* da economia” (BLAUG, 1994, p.101, grifos no original). Senior destaca enfaticamente que o economista não está autorizado a proferir orientações. Ele acentua ainda que não está no escopo da economia política o estudo do bem-estar, já que tal tema se entrelaça com questões éticas, e como estas últimas não são sujeitas a confirmações científicas, é melhor banir qualquer dos traços morais para não comprometer o avanço científico (SCHUMPETER, 1964; HUNT, 1989).

Na esteira destas posições, Mill detalha esta divisão de verdades materiais e regras normativas na preocupação de demarcar os limites da ciência: “[...] uma negocia com fatos [...] a outra com preceitos. A ciência é uma coleção de verdades; a arte, um corpo de regras ou direções de conduta” (MILL, 1974, p. 293). Mas não necessariamente ela está proibida de se relacionar com a ciência “a Arte se propõe um fim a ser atingido, o define e entrega à ciência. A ciência o recebe considerando-o como um fenômeno ou efeito a ser estudado e, tendo investigado suas causas e condições, envia-o à Arte” (MILL, 1999, p. 146-147). Mesmo assim, Smith, de acordo com o autor, haveria misturado a ciência com a arte.

Posição esta defendida também por Marie-Esprit-Léon Walras (1834-1910). O autor critica Smith alegando que ele confundiu a justiça com o interesse, entende ainda que é impossível a ciência ser natural e moral ao mesmo tempo (VALENTIN, 2003). A concepção que Smith tem da economia política está, para ele, predominantemente composta por “arte” e não pela “ciência” (WALRAS, 1988, p.12).

Walras, entretanto, faz uma distinção tripartite<sup>29</sup>: há “ciência”, “arte” e “moral”. A primeira observa relações, as expõe e as explica. A segunda aconselha e prescreve. Já a moral estuda “o que deve ser” do ponto de vista da justiça. Deste modo, a arte se refere a relação entre “coisas e pessoas” e a moral apenas entre “pessoas”.

No caso da economia, Walras chama a “arte” de *economia política aplicada* e a “ciência” de *economia política pura*. Ou seja, Walras define ciência como Senior, mas divide a “arte” em duas. Mais precisamente: “aquilo que deve ser, do ponto de vista do interesse, é o objeto da ciência aplicada ou arte, aquilo que deve ser, do ponto de vista da justiça, é o objeto da ciência moral ou da moral” (WALRAS, 1988, p.19).

---

<sup>29</sup> Cumpre assinalar que John Neville Keynes (1852-1949) também havia separado em três: ciência positiva, ciência normativa e arte. A primeira com uniformidades, a segunda com ideais e a terceira com regras. Mesmo assim, manteve-se a distinção efetuada por Senior e Mill: ciência e arte, sendo esta última a soma dos conceitos de arte e moral, sob a avaliação de Walras. Elas ficam chamadas ciência positiva e normativa (BLAUG, 1994).

Walras acentua que “[...] o caráter da ciência propriamente dita é o completo desinteresse por qualquer conseqüência vantajosa ou prejudicial quando se dedica à busca da verdade pura” (WALRAS, 1988, p.12). Nesta mesma linha, Menger afirma serem os valores estranhos à ciência, pois esta última procura apreender a realidade concreta e não a realidade desejada<sup>30</sup>.

Com a revolução marginalista, como se observou, a visão positiva de que as leis regem o sistema econômico se acentua. Nestas leis, se enquadram a conduta do homem e suas decisões. Se tal comportamento é bom ou mal não compete à economia discutir. Em assim procedendo, foram afastadas enfaticamente as questões morais do campo de estudo da economia. Fica proibido fazer alguma crítica às proposições da teoria econômica baseadas em preceitos humanísticos ou éticos, pois cairiam no campo da normatividade. Na perspectiva walrasiana a economia estudaria no máximo arte, embora, em suas pesquisas ele tenha se dedicado apenas à ciência.

Logo, a economia deve abster-se de julgamentos de valor na busca da verdade, vendo a realidade como ela é. Já nos estudos com proposições não testáveis como ideologia, cultura e fé, a metafísica passa a ser admitida (FONSECA, 2003). Este processo acaba por enraizar o postulado que o homem é intrinsecamente egoísta, já que deixa de questioná-lo por não entender estar no escopo científico discutir tal tema, ainda assim, o toma como lei geral, em qualquer sociedade - coadunando-se com o individualismo metodológico.

A partir de então, pode adentrar na teoria econômica o que é puro, livre de valores. Devem ser descartados padrões de sociabilização e limites de conduta social da análise econômica, como por exemplo, a visão smithiana sobre a conduta do homem na TSM. Mesmo que algum pesquisador permitisse que seus valores pessoais interferissem no objeto de estudo, a intersubjetividade a eliminaria, defende Popper. Ou seja, a comunidade científica expurgaria tais considerações impuras. Restando, desta maneira, a ciência correta, que se aplica a todos os povos, a todos os sistemas sociais e que explica o comportamento de maneira universal (TEIXEIRA, 2003).

Ainda que Walras, resgatando Mill e Senior, sublinhe que a ciência tem seu interesse na teoria, ele considera que a arte pode e deve utilizar a ciência. Ou seja, ele reconhece que existem pontos de contato entre a ciência e a arte. Mais do que isso, ele assume que a arte

---

<sup>30</sup> A partir dos marginalistas, praticamente todos os neoclássicos assumem esta posição (HUNT, 1989).



valoriza as descobertas feitas pela ciência, pois as tornam úteis à sociedade. Mesmo que ele aplauda o bem e a justiça, as mantém fora dos limites da economia política (WALRAS, 1988). Isto tudo posto, fica nítido que o positivismo inibe o conflito abordado no sub-capítulo anterior. Ou seja, não há porque julgar as atitudes como certas ou erradas. Os valores não fazem parte da ciência.

### **3.4 Confluência de movimentos e seus impactos sobre o egoísmo**

O movimento ocorrido nos fatores apresentados acima explica a metamorfose metodológica ocorrida na economia. Neste desencadear, de um lado há um agente econômico que faz o melhor para si, pesando seus fins e seus meios (utilitarismo). De outro, este agente reina no centro da análise (individualismo metodológico) e é isolado dos fenômenos sociais (faceta do individualismo). É assumido, ainda, que natureza humana é intrinsecamente e invariavelmente autointeressada, em qualquer local e em qualquer tempo (positivismo e utilitarismo). Adicionalmente, o egoísmo é separado dos aspectos morais, os quais deixam de ser questionados (positivismo).

Assim, as intenções individuais, base do individualismo metodológico, são resumidas ao interesse próprio, tido como o objetivo único do homem. Unindo-se tudo isso à leitura parcelar de Smith, explorada no primeiro capítulo, há o deságue na distorção do egoísmo smithiano e a mudança conceitual deste postulado na teoria econômica. Alteração esta tida como coerente ao autor, ou seja, como se ele assim entendesse.

O novo agente econômico apenas efetua o balanço entre fins e meios. Ou seja, se para atingir “A” é preciso ter uma atitude ”B”, esta é efetuada sem juízo moral. Não que os utilitaristas aprovelem atitudes tidas como equivocadas pelos moralistas, mas apenas não discutem este mérito, em consonância com o positivismo. Ou seja, o que é útil ou eficaz é visto sem a análise do que bom ou mau.

Há um “casamento” entre o individualismo e o egoísmo na ciência econômica. Isto porque a análise a partir do isolamento dos indivíduos é facilmente associada ao distanciamento entre eles, e com a adjacência do interesse próprio sem o peso moral, ocorre a “desmoralização” do agente econômico. Ou seja, este agente deixa seu interesse acima dos interesses coletivos e até se despreocupa com a coletividade, ou então deixa de avaliar o impacto negativo de suas atitudes perante os demais.

A confluência e a junção de tais noções ficam explícitas em Hunt (1985, p. 144, grifos acrescidos), que embora esteja se referindo ao utilitarismo<sup>31</sup>, os demais elementos são percebidos:

Primeiramente, a especialização do trabalho e o isolamento dos produtores levaram os indivíduos a considera-se não como parte integrante de um todo sócio-econômico interligado e interdependente, mas como unidades isoladas, atomizadas, cada qual preocupada com sua própria sobrevivência contra forças impessoais e imutáveis do mercado. Os indivíduos sentiam-se, em larga escala, solitários, isolados e alienados, em sua condição de seres humanos [...] *Assim, cada pessoa passava a ser vista como fundamentalmente egoísta e como um antagonista e combatente natural de seu semelhante [...]*

Na citação acima, é nítida a sobreposição de conceitos que desencadeiam no egoísmo. Sob herança do individualismo, nota-se as asserções “isolamento”, “atomizadas” e “solitários”. Do utilitarismo, “preocupada com sua própria sobrevivência”. Já do positivismo, a noção de universalidade perpétua e definitivo estado em “imutável” força do mercado. Como resultado, chega-se ao egoísmo que combate o semelhante, presente, por exemplo, na concorrência de mercado. E, novamente com traços positivistas, este sentimento é visto como condição de todos os seres humanos, em todas as sociedades e em todos os lugares, de qualquer época.

Além da asserção contundente, é possível identificar a junção entre individualismo metodológico e positivismo na seguinte colocação:

---

<sup>31</sup> Sob outro aspecto, corroborando as confusões em torno destes conceitos.

O máximo que podemos exigir do cientista social [...] é que ele mantenha *firme em sua mente o individualismo metodológico*, como meta e ideal a ser consumado da melhor forma possível. Isso deve pelo menos assegurar que ele nunca mais perderá tempo com suspeitas e “*forças*” *impessoais*, econômicas ou não; nunca mais propriedades *não observáveis* serão atribuídas a entidades de grupo igualmente não observáveis (BRODBECK<sup>32</sup>, 1967, p. 293 *apud* BLAUG, 1994, p. 93, grifos acrescidos).

Neste sentido, além haver a junção do individualismo metodológico com a percepção positivista de que os fatos não observáveis devem ser relegados, há ainda a prescrição desta maneira de pesquisar, para que ela seja cientificamente respaldada.

A este ponto, se torna patente a dissociação ocorrida na ciência econômica, enquanto esta se distanciou da filosofia moral e deixou de avaliar relevantes fatores da conduta humana. Na revolução marginalista, a radicalização positivista faz Walras se referir à ciência como economia pura, isenta, portanto, dos juízos de valor.

Tal processo desemboca na própria alteração de nomenclatura do ramo de estudo. Alfred Marshall (1842-1924), ao destacar que “[...] ela [a Economia] é, portanto, uma ciência ao mesmo tempo pura e aplicada, mais do que uma ciência e uma arte. E é melhor, para designá-la, servir-se da expressão lata de ‘Economia’, do que da mais restrita ‘Economia Política’” (MARSHALL, 1982, p.54). Obedecendo a sua própria sugestão, Marshall intitula seu principal livro de *Princípios de Economia*.

Lionel Charles Robbins (1898 - 1984) foi outro autor que se preocupou em discutir os aspectos metodológicos da ciência econômica. Sua definição esta presente nos atuais livros-textos de economia, a qual “é a ciência que estuda a conduta humana como relação entre fins e meios escassos aplicáveis a usos alternativos” (ROBBINS<sup>33</sup>, 1935, p. 16-17 *apud* BLAUG, 1994, p. 129). Sendo ainda neutra em relação aos fins, descomprometida com o bem, o justo e o útil, ou seja, com os valores morais.

Cabe ressaltar outro aspecto presente nesta conceituação. Ao se ver a economia como a ciência que estuda a escassez tanto para a sociedade quanto para os indivíduos, se reforça a ideia de que ao se partir do indivíduo, não há perda de elementos explicativos e, portanto, é

---

<sup>32</sup> BRODBECK, May. Methodological Individualism: definition and reduction. *Philosophy of science*, Chicago, v. 25, n.1, jan., p. 287-311, 1958.

<sup>33</sup> ROBBINS, Lionel. An Essay on the nature and Significance of Economic Science. 2. ed. Londres: MacMillan., 1935.

possível generalizar as suposições tomadas aos indivíduos para toda a sociedade, notadamente, o egoísmo (TEIXEIRA, 2003).

Ramos (1993) acentua que Robbins, inicialmente, compreendia que o economista não deveria escolher o fim de seus estudos, mas restringir-se aos aspectos técnicos, ou, dito de outra maneira, às implicações do comportamento humano. Contudo, tal posição não foi bem recebida. Deste modo, Robbins separou dois segmentos de estudo: a economia (positiva) e a economia política. Esta última admite juízos de valor, avalia os benefícios e os prejuízos, assim como recomenda políticas. Ou seja, Robbins a classifica como normativa. Sob esta distinção, a RN estaria relacionada às duas facetas da economia, já que há a prescrição de políticas.

Robbins vê, então, que o economista (positivo) não deve se ater aos fins, e sim aos meios para atingir os fins dados. Mesmo assim, ele achava ser conveniente o estudo de questões éticas pelos economistas, de forma a ponderar os fins da sociedade (RAMOS, 1993). Ramos (1993), por outro lado, entende que a economia está subordinada à filosofia moral, já que ela estuda um aspecto do comportamento humano. Assim, a realidade humana está vinculada às suas finalidades éticas ou morais. Deste modo, o autor pontua que há integração entre as das vertentes normativa e positiva.

De fato o termo “economia” ganhou mais projeção a partir de Marshall. Após isto, “Economia Política” caiu em desuso e ficou à margem. Ou, sobre este ângulo, os aspectos normativos perderam espaço para a economia positiva, de modo que o estudo dos fins da sociedade ficou relegado (RAMOS, 1993).

Importa ressaltar que Mill, Walras, Robbins e Marshall consideraram importante a face normativa da economia. Nenhum deles achava pouco relevante o estudo sobre valores humanos e sua conexão com a economia. Ainda assim, acabaram por não se deter em tais estudos, mesmo que aconselhassem que estes deveriam ser feitos. O percurso dado por eles solidificou esta fragmentação e acabou por determinar que estes temas ficassem à margem dos estudos da ciência econômica. Ela passa a se centrar na metamorfose do homem smithiano, qual seja, o *homo economicus*.

## **4 AS MOTIVAÇÕES DO *HOMO ECONOMICUS* E SUAS CONTRADIÇÕES METODOLÓGICAS**

Após terem sido destacados alguns elementos que determinaram a formação metodológica mais consistente da teoria econômica, cabe averiguar o resultado deste processo, qual seja, a concepção do *homo economicus*. Além disso, faz-se necessário apontar suas contradições e explicitar algumas críticas a este conceito.

Convém ainda, para além da teoria, discutir alguns efeitos práticos desta construção metodológica e de todo o processo adjacente aos caminhos seguidos na teoria econômica, os quais acabam associando-a com o egoísmo e com apologia a este. Temas estes que pautam o presente capítulo.

Embora este capítulo seja de cunho eminentemente metodológico, ele não se propõe a exaurir esta discussão, senão apenas indicar como tal formulação auxiliou na mudança conceitual de egoísmo.

### **4.1 Simplificação da conduta humana: uma necessidade metodológica**

Em consonância com as referidas mudanças no pensamento positivista, a ciência econômica passou a necessitar de uma construção abstrata e sólida que caracterizasse a conduta humana. A organização de ideias de maneira mais simplificada do que as encontradas em Smith era uma necessidade.

Para adquirir um caráter seguro na análise econômica, se impunha o isolamento de alguns dos elementos dispersos da realidade para que eles fossem logicamente articulados. Ou seja, poucos fatos geradores do comportamento humano seriam considerados e os demais descartados, por serem entendidos como de baixa relevância, ou então com ínfima capacidade explicativa (COSTA, 1986).

O modelo hipotético-dedutivo é colocado como o mais adequado para a ciência econômica<sup>1</sup>. Assim, a abstração deve ser guiada por ao menos uma lei geral universal, juntamente com condições iniciais que constituam premissas, de maneira que explique os fenômenos dedutivamente. A validade dos enunciados determinaria, deste modo, a veracidade da teoria decorrente (BLAUG, 1994).

Da necessidade de uma abstração da conduta humana, ponto de partida da análise econômica, e da confluência do positivismo, individualismo metodológico, utilitarismo e individualismo propriamente dito nasce o *homo economicus*. Tal constituição foi uma exigência científica e um resultado metodológico destes movimentos. O comportamento humano fica, sob o prisma econômico, utilitário, abstrato, isolado, invariável, universal e amoralizado.

Era imperativa a formulação de poucas proposições gerais, baseadas na observação e na consciência. Destas premissas, saem conclusões, verdadeiras *a priori*. Ou seja, conhecidas antes da experiência e que partem da hipótese inicial. É particularmente Mill quem fundamenta o conhecimento econômico em *a priori* psicológico e John Neville Keynes (1852-1949) complementa posteriormente. Cabe destacar passagens que serviram de leito ao recém nascido *homo economicus*<sup>2</sup>:

---

<sup>1</sup> Este é o resultado da chamada “batalha dos métodos”, amplamente referida na literatura. De um lado havia a defesa do método abstrato-dedutivo com Carl Menger e de outro o histórico, da Escola Histórica Alemã. É sabido que os marginalistas obtiveram vitória incontestável neste debate e isto marca o método e o escopo da ciência econômica. Ver Corazza (2008).

<sup>2</sup> Mill não chegou a utilizar o termo *homo economicus*, mas este foi cunhado em referência ao seu trabalho (PAULANI, 1998).

A economia política considera a humanidade ocupada unicamente na aquisição e consumo da riqueza [...] Não que qualquer economista político alguma vez tenha sido tão absurdo que supusesse que a humanidade é de facto assim constituída, mas porque esta é a forma pela qual a ciência deve necessariamente progredir. [Mesmo assim, ele pontua que] talvez não haja uma acção na vida de um homem em que ele não esteja sob a imediata ou remota influência de um outro impulso que não o mero desejo de riqueza (MILL<sup>3</sup>, 1967, p. 321-323 *apud* BLAUG, 1994, p. 102).

[Deste modo] [...] nas investigações sociais uma generalização aproximada equivale, para a maior parte das finalidades práticas, a uma generalização exata, pois aquilo que é somente provável quando afirmado de seres humanos individuais indiscriminadamente selecionados é certo quando afirmado do carácter e conduta coletiva das massas (MILL, 1999, p.45).

O “impulso pela riqueza” referido por Mill faz alusão ao autointeresse, originário das premissas sobre o egoísmo<sup>4</sup>. O método *a priori* de Mill estabelece a economia como a ciência que estuda o comportamento humano (no caso, o desejo da riqueza) e os seus fenômenos decorrentes (COSTA, 1986). Mill salienta ainda que mesmo sendo um absurdo supor que o homem é guiado tão-somente por este desejo e que nem todos agem assim, no agregado, tais inconsistências somem.

Estas considerações se fundaram na introspecção, na reflexão sobre si: “[...] supostos conhecimentos imediatos que a mente humana, em razão de sua própria natureza, teria condições de obter sobre si mesma” (PRADO, 1991, p.12). Mill deixa claro que tal proposição não engloba o homem como ele é, mas que trabalha com um “homem fictício”. Contudo, “[...] por razão de ordem metodológica, supõe-se aí que os homens são guiados nessa esfera apenas por motivações de natureza pecuniária e que lhes interessam apenas as coisas traduzidas em dinheiro” (MILL, 1974, p.301).

Seguindo a introspecção e o método analítico cartesiano, as demais motivações foram esquecidas. Para Senior, a reflexão sobre si prova que todo o comportamento econômico é calculista, sendo possível reduzi-lo à maximização da utilidade, ou seja, todo o homem admite suas motivações autointeressadas e obtém imediato assentimento frente ao postulado. Neville Keynes, da mesma maneira, não entende ser este homem uma ficção. Embora seja uma abstração, resume as características reais das pessoas de maneira simplificada, já que isola

<sup>3</sup> MILL, John Stuart. *Collected Works, Essays on Economy and Society*. Toronto: University of Toronto Press, c1967. v.4.

<sup>4</sup> Subsequentemente será abordado em maior detalhe o resultado deste nó de conceitos, mas por hora continuará sendo tratado como substitutos perfeitos, assim como o é na teoria econômica.

determinadas motivações, não sendo, portanto, um postulado arbitrário (PRADO, 1991; BLAUG 1994).

Blaug (1994) de outro lado, entende que o *homo economicus* é mais distante do mundo concreto do que Neville Keynes e Senior supunham:

A hipótese do homem econômico é então fundada numa espécie de experiência, nomeadamente na introspecção e na observação dos nossos semelhantes, *mas não é derivada de observações específicas ou de acontecimentos concretos* (BLAUG, 1994, p.105, grifos acrescentados).

Porém, nenhuma prova, excepto o casual empirismo, é oferecida em defesa desta proposição. Assim, permite-se que fenómenos que aparentemente contradizem a hipótese do homem económico figurem simplesmente como excepções à regra (BLAUG, 1994, p.127).

Prado (1991) entende que a observação do mundo interno do homem funda a economia sob um prisma psicológico. Derivando, entretanto, da percepção sensível. Assim, ele discorda parcialmente de Blaug (1994) e enxerga o *homo economicus* totalmente anterior à observação dos semelhantes, não sendo, portanto, verificável indutivamente.

Nestes termos, as hipóteses fundamentais que dão sustento a um arcabouço teórico fundam-se, na verdade, em intuição sobre o comportamento dos homens. Originam-se na autoanálise. Mesmo assim, esta hipótese fictícia torna-se o pilar básico, o *núcleo duro*<sup>5</sup> de todo o corpo teórico neoclássico subsequente. Mais do que isso, de certa forma, o postulado se “vivificou”:

E, desde então, o homem económico tem sido descrito, de forma variável, como um axioma, uma verdade *a priori*, uma proposição auto-evidente, uma ficção útil, um tipo ideal, uma construção heurística, um facto indisputável da experiência e um comportamento típico do homem sob o capitalismo (BLAUG, 1994, p.126, grifos no original).

Mill, na mesma linha que Blaug, parece estar mais convencido de que tais hipóteses são contra-factuais, conforme foi visto anteriormente. Entretanto, neste autor, as suposições do egoísmo humano tem maior penetração nos agentes que alteram e determinam o sistema produtivo. Ou seja, a assunção do autointeresse encontra base empírica nos capitalistas - visão



típica dos economistas clássicos. Sob influência de Bentham, enfatizado nos neoclássicos, tal comportamento deixa de se restringir apenas aos produtores (capitalistas), mas se estende aos consumidores. Sem esquecer que a partir dos neoclássicos, o individualismo metodológico ganha força e, nas assunções do autointeresse, os homens são tidos como iguais, ou seja, universais e invariantes, em coerência ao positivismo.

Seja anterior a observação, seja posterior, o postulado do egoísmo se firma. Logo, o individualismo metodológico neoclássico aprofunda o egoísmo do *homo economicus*, pois o generaliza e o torna definitivo (TEIXEIRA, 2003).

A lei geral que origina as decorrências econômicas é a assunção do comportamento egoísta de todos os seres humanos. Este princípio teria prova empírica a partir da introspecção, ou seja, qualquer pessoa que analisasse sua própria conduta chegaria a conclusão de que ela é guiada pelo interesse próprio. Sendo possível, desta maneira, reduzir o homem à maximização da utilidade. Assim, fecha-se o círculo científico: temos princípios empíricos<sup>6</sup>, os quais são fragmentados; isolados dos demais fatores da conduta humana, para melhor analisá-los, formando, assim, uma lei geral: o postulado do egoísmo. Logicamente concatenado, suas ações decorrentes são deduzidas: maximização da utilidade e, por consequência, o bem-estar geral, oriundo da busca do autointeresse por todos os indivíduos, o qual pode ser observado empiricamente nas relações econômicas.

Os parágrafos acima buscaram destacar como se deu a formulação do *homo economicus*. Entretanto, nesta caracterização, é nítida a existência de conflitos, como no que refere à possibilidade ou não de observar tais hipóteses e se elas são ficcionais ou não. Existem ainda outras contradições, as quais serão detalhadas nos próximos sub-capítulos.

Cumprido assinalar que o *homo economicus*, posteriormente se torna *homo economicus* racional. A *racionalidade*<sup>7</sup> é um conceito amplo o qual abarca outros aspectos da ação do agente econômico os quais não estão em pauta no presente estudo.

---

<sup>5</sup> Parte não refutável da teoria. Hipóteses não falseáveis. Ver Blaug (1994).

<sup>6</sup> A observação de que todos os homens são egoístas.

<sup>7</sup> Este termo não chegou a ser utilizado explicitamente na revolução marginalista, pois foi cunhado na década de 1930, mas é descendente de seus conceitos (BLAUG, 1994). Importa ressaltar que embora a racionalidade seja confundida com autointeresse e maximização, seu conceito é amplo abarcando ordenamento de preferências, que é completa e transitiva, informação perfeita, condições de certeza. E a partir das preferências é escolhido o meio para atingir determinado fim. Estas outras facetas não estão no centro deste estudo, qual seja: o que toca à conduta egoísta ou não. De qualquer sorte, cabe a citação que acentua que “o problema da agregação é escamoteado pelo pressuposto tácito de que todos os indivíduos são semelhantes e que portanto têm a mesma função de utilidade [...]. Uma vez que os indivíduos são claramente não semelhantes [...]. A hipótese de

## 4.2 Contradições do *homo economicus*

Analisando alguns aspectos da edificação do *homo economicus*, é possível localizar pontos de contradição. Conforme exposto acima, tal formulação parte da introspecção, da intuição e da observação dos semelhantes. Dito de outra maneira, pode-se dizer que há após a reflexão e a observação, em um segundo momento a generalização destes pressupostos a todos os homens. Seria este, portanto, ancorado nas regularidades empíricas; pelo método indutivo.

Adversativamente, ao se debruçar com maior cuidado, nota-se que é um homem fictício, uma hipótese, uma forma invariante e universal, que ignora as demais motivações humanas. Ou seja, mesmo que aparentemente seja uma teorização empírica, é, na verdade, uma construção abstrata, que, ao mesmo tempo, parte da observação e da intuição. Desta conjectura inicial, desenha-se a teoria econômica logicamente concatenada. Assim, o apriorismo é um sistema de dedução, mas que se funda na experiência interior, embora esteja aberta a verificação empírica posterior. Tais postulados são tidos como auto-evidentes; precisam ser apenas enunciados para se mostrarem óbvios, mesmo antes da experiência<sup>8</sup>

A forma de questionar este pressuposto se dá, deste modo, pela avaliação da validade da premissa<sup>9</sup>. Mill, nesta caracterização, entende que apenas a motivação pecuniária é considerada na análise econômica. Isso porque, como foi exposto, esta é a maneira abstrata de construir uma teoria baseada em uma única lei geral. As demais motivações do objeto em pesquisa, no caso, a conduta humana, são ignoradas.

---

racionalidade só por si é muito frágil [...] Seja como for, o pressuposto da racionalidade é provavelmente falso". (BLAUG, 1994, p.326-327).

<sup>8</sup> Conforme exposto no capítulo anterior, a construção *a priori* é uma herança kantiana.

<sup>9</sup> Posteriormente, Milton Friedman altera esta maneira de validar as teorias. Segundo o autor, não cabe avaliar o realismo de hipóteses e sim sua capacidade de prever resultados. A toda sorte, esta sendo suprimido este enfoque para que o tema do presente estudo não se estenda além de seus limites.

Aqui há mais uma contradição no pensamento milliano. Após ficar explícito, conforme demonstrado no capítulo anterior, que hora o autor vê o homem movido apenas por seus interesses, hora considera que existem ações que não podem ser assim consideradas, se observa outro conflito:

[...] Não há nenhum [fenômeno social] sobre o que inumeráveis forças não exerçam influências e que não dependa de uma conjunção de muitas causas (MILL, 1999, p.86). [Assim sendo] não é filosófico construir uma ciência a partir de um pequeno número de fatores que determinam os fenômenos sociais e deixar o resto à rotina da prática ou à sagacidade das conjecturas. É preciso, ou renunciar à forma científica, ou estudar igualmente todos os fatores determinantes, procurando, até onde for possível, incluí-los todos no âmbito da ciência; de outro modo acabamos, infalivelmente, por conceder uma atenção desproporcional àqueles que nossa teoria leva em conta [o autointeresse], subestimando o resto e, provavelmente, desprezando sua importância [...] Os fenômenos da sociedade não dependem, em seus pontos essenciais, de um fator ou lei da natureza humana [...] Todas as qualidades da natureza humana influenciam aqueles fenômenos e não há nenhuma que os influencie em um grau pequeno” (MILL, 1999, p.91-92).

Nesta passagem, Mill assume que os fenômenos sociais não podem ser explicados por um único impulso. Isso porque neles há uma extensa complexidade que move os fatos sociais. Desta maneira, as ciências sociais devem observar as várias influências que geram determinado fenômeno, identificar as tendências e seus efeitos de maneira separada, não se apegando a uma ou a poucas premissas.

Entretanto, para a economia política, Mill muda de posição. Tendo por objetivo firmar uma ciência autônoma e separada da filosofia moral smithiana, ele advoga que deve ser isolado o desejo de riqueza para se analisar os fenômenos econômicos. As outras variáveis são consideradas, neste caso, como “elementos perturbadores”, os quais no agregado se anulam. As referidas causas não devem ser abordadas pelo economista político. Mill deixa claro isto na passagem abaixo:

Quando um efeito depende de uma concomitância de causas, tais causas devem ser estudadas uma de cada vez, e suas leis, investigadas separadamente, se desejamos, através das causas, que seja obtido poder de prever ou controlar o efeito [...] Com relação àquelas partes da conduta humana em que a riqueza não constitui o objeto principal, a tais partes a

Economia Política não pretende aplicar suas conclusões (MILL<sup>10</sup>, 1967, p. 321-323 *apud* BLAUG, 1994, p. 102).

De outro lado, Mill, mesmo que busque defender a metodologia que consolidou o *homo economicus* e, por conseqüência, firmou o egoísmo humano como pressuposto básico, ele nota que há um conflito quase irreconciliável nesta formulação, a qual exagera ao ignorar todos os demais impulsos:

Revela-nos que a própria base de todo o nosso argumento é insuficiente; que os dados dos quais raciocinamos compreendem apenas uma parte, e nem sempre a mais importante, das circunstâncias pelas quais o resultado é determinado (MILL<sup>11</sup>, 1967, p. 332 *apud* BLAUG, 1994, p. 106).

Aqui Mill parece entender que outros fatores também deveriam ser considerados. Assim, ele acaba por abrir o espaço para retomar a análise smithiana, a qual pondera a moralidade nas decisões do homem, mesmo enquanto este está submerso na realidade econômica. Mill parece entender ser prudente levar em conta tais fatores.

Mill critica Bentham por considerar apenas uma característica da natureza humana, entendendo ser, mesmo que dedutivamente, necessário avaliar outras causas. Logo, os cientistas sociais não deveriam furtar-se do estudo de todas as causas das motivações humanas (o que inclui os pesos morais de Smith), e, de outro lado, argumenta que a economia política não trataria disso. O autor, portanto, auxilia a erguer o método de pesquisa econômica com base em uma única motivação, mesmo que ele próprio critique a assunção de que os homens são guiados sempre pelos seus próprios interesses<sup>12</sup>.

Em meio a contradições, Mill define que a economia política é a “[...] ciência moral ou psicológica que trata dos comportamentos humanos em sociedade, orientados para a obtenção de riqueza” (PRADO, 1991, p.67). Sob um aspecto a economia estaria adstrita da moral, sob outro ela é a ciência moral que se preocupa com as motivações humanas e os modos de

---

<sup>10</sup> MILL, John Stuart. *Collected Works, Essays on Economu and Society*. Toronto: University of Toronto Press, c1967. v.4.

<sup>11</sup> MILL, John Stuart. *Collected Works, Essays on Economu and Society*. Toronto: University of Toronto Press, c1967. v.4.

<sup>12</sup> Embora esta contradição seja de extensa relevância, Paulani (1998) já contatara. A autora entende ser um erro partir da natureza humana para explicar os fenômenos sociais enquanto se reconhecem as multiplicidades de motivações humanas.

conduta na vida econômica. Blaug (1994) salienta que não se encontra algo semelhante ao *homo economicus* de Mill na obra de Smith. Neville Keynes, apesar de entender que os teoremas sobre os fatores sempre tenham implicações éticas, acaba por considerar, de forma confusa, que a economia deve se preocupar com as “leis econômicas”, ou seja, com os fatos, aqueles que influenciam a conduta humana, dito mais claramente: com o egoísmo.

Pelo modelo hipotético-dedutivo, a veracidade das hipóteses determina a validade da teoria. Contudo, se a realidade empírica contradiz a teoria, a explicação é justificada através de um dos múltiplos outros elementos que também explicam a realidade e que foram desconsiderados para a simplificação da construção teórica. Ao mesmo tempo, se suposições são verdadeiras, a conclusão oriunda dela é também verdadeira.

Nunca testamos a *validade* das teorias, porque as conclusões são verdadeiras como um aspecto do comportamento humano por força dos pressupostos - que, por sua vez, são verdadeiras por se basearem em factos evidentes da experiência humana (BLAUG, 1994, p. 119, grifos no original).

Na construção teórica, elementos são ignorados e vistos como perturbações que podem contradizer a hipótese básica. Logo, se uma das perturbações acaba conflitando com a conclusão final, ela é tida como uma exceção a regra, deixando espaço para ignorar qualquer variável sem prejudicar a teoria, mantendo-a imune em qualquer caso<sup>13</sup>. Isso porque as hipóteses são premissas “indubitáveis da natureza humana”, de prova direta e fácil. Mesmo errada, a hipótese se torna verdadeira.

Este malabarismo metodológico deixa os pressupostos irrefutáveis, pois se eles não se aplicarem, há a percepção de que tal resultado se deve às influências outras, as quais não foram tomadas em conta. Dentre aqueles pressupostos que se tornam irrefutáveis, destaca-se a assunção do egoísmo humano.

Tendo várias causas concorrentes, parte-se do egoísmo e da busca da riqueza para permitir a previsibilidade do comportamento humano. As ações escolhidas se baseiam na introspecção e no método analítico cartesiano de separação das partes para explicar

---

<sup>13</sup> Presentemente este artifício é chamado *coeteris paribus*.

fenômenos. Deixando de lado outras motivações que não estas, as quais também influem no homem, tais como as pautadas por Smith (TEIXEIRA, 2003).

Outra crítica pertinente à formulação do *homo economicus* é a de que no tempo em que se decompõe a conduta humana e são retirados outros fatores que influenciam-na, por se entender haver nestas menor poder explicativo, estão sendo escolhidos os elementos que refletem a preposição geral. Ou seja, há um julgamento por parte do pesquisador; ele decide com base em seus preceitos o que é ou não uma característica significativa. Neste posicionamento, haveria impureza, de acordo com o positivismo.

Paulani (1998) também critica a construção abstrata de Mill. Aponta ela que o autor entendia que a condição humana é um resultado da influência histórica e social, assim como é influenciado pelas “leis da mente”. Estas últimas podem ser obtidas pela indução. Entretanto, conforme verificado no sub-capítulo anterior, o caráter humano necessita ser estudado dedutivamente a partir das próprias leis gerais. De outro lado, ao ser considerado o ambiente em que vive, são pesados também outros elementos que não a lei geral abstrata.

A dificuldade de abordar as leis psicológicas e as circunstâncias específicas provoca uma tensão no pensamento milliano. De tal maneira, que o autor resolve distinguir a atitude humana enquanto ele esta em grupo daquela atitude observada enquanto isolado. Assim, ele busca conciliar o homem abstrato e universal com o específico e socialmente determinado. Há que acentuar que os marginalistas resolvem este problema, ao deixar de lado os demais fenômenos sociais, isolando o agente econômico, conforme explorado no capítulo anterior.

Todos estes conflitos e contradições expostos são inerentes a uma formulação excessivamente simplificadora, que banuiu ponderações morais de Smith. Logo, não se tratam de equívocos de Mill, e sim de desacordos adjacentes ao rumo tomado. A toda sorte, a demarcação de Walras consolida na escola neoclássica o pilar básico da derivação do comportamento em busca da maximização da vantagem pessoal, cabendo à ciência econômica estudar a ação que visa a acumulação e o desfrute material. Ou seja, a reprodução e a circulação de mercadorias e de capital partem da hipótese de egoísmo; que é observado nos indivíduos quando buscam obter o melhor para si com o menor esforço. Solidificando-se, a este ponto, a percepção de que o interesse próprio levaria ao bem-estar coletivo. Com base em interesses pessoais e intenções de ganho individual, a escola neoclássica mantém o indivíduo

egoísta com papel central, trazendo um padrão comportamental para diferenciar a ciência da adivinhação (MONTEIRO, 2003).

Entretanto, mais um contrassenso torna-se evidente neste arranjo. Sob um aspecto, a ciência estabelece seus limites, os quais visam os fatos objetivos, preocupada em buscar a verdade. Ao mesmo tempo, a hipótese básica desta verdade iniciou-se na introspecção subjetiva não verificada objetivamente, portanto. Ou nas palavras de Prado lastreado em “[...] um ato misterioso pelo qual uns se transportam para dentro da cabeça de outros, com o fim de reproduzir e se apropriarem de seus estados mentais” (PRADO, 1991, p.203-204). Dito de outra maneira, na concepção de Walras, ser isento e ver a realidade como ela é significa aceitar a hipótese introspectiva do agente egoísta.

Isto tudo posto, a crítica que é enfatizada nesta pesquisa possui associação com o conflito que Jevons passou. A premissa do homem egoísta trouxe problemas morais a Jevons, pois a ausência de moralidade é uma condição para a teoria (VALENTIN, 2003). Como pode ser observado na citação abaixo, o conflito de Jevons surgia justamente porque a conduta humana seria desprovida de reflexões morais.

O estadista pode descobrir um conflito entre impulsos; uma medida pode prometer, assim o pareceria, o melhor para a multidão e no entanto pode haver motivos de probidade e honra que o impeçam de implantar a medida [...] um cálculo superior da Moral do certo e do errado seria necessário para mostrar como ele pode empregar da melhor maneira aquela riqueza para o bem tanto dos outros como de si mesmo (JEVONS, 1988, p.39-40).

Uma faceta deste conflito foi também apresentada no capítulo anterior, enquanto se expunha o utilitarismo, já que um estadista, ao governar, entraria em contradição com a premissa do autointeresse se efetuasse políticas que não o beneficiasse diretamente, mas que sob outro aspecto, trouxesse vantagens a pessoas pobres, por exemplo.

Outra faceta foi apresentada no primeiro capítulo, enquanto se abordava a descontextualização de Smith e as diferentes acepções dos termos “autointeresse” e “egoísmo”, que hora são entendidos como sinônimos perfeitos, ora são entendidos sob diferentes conceitos.

Assim, a fonte do conflito de Jevons possui relação com a descontextualização de Smith, com a influência do individualismo, do positivismo, do utilitarismo e do individualismo metodológico. Por este motivo, esta crítica, que tangencia a figura do *homo economicus*, é inclusive estendida a toda a “concepção de mundo”, ou ao ponto de partida da teoria econômica convencional que se edifica a partir desta lei geral, tida como universal e uniforme. E, por estes motivos, tal crítica, que, em última instância é o centro desta dissertação, será tratada separadamente, no próximo sub-capítulo.

### **4.3 O resultado prático: da confusão de conceitos à apologia ao egoísmo**

Os conceitos que influenciaram na solidificação do postulado do egoísmo são, diversas vezes, confundidos<sup>14</sup>. Desde a assunção de Smith sobre a busca do autointeresse até o egoísmo, posteriormente firmado, houve influência do individualismo metodológico. Este termo traz, entretanto, a associação com um comportamento individualista em outro sentido, qual seja, de pensar apenas em si.

Se apenas estas fossem as confusões de termos, seria simples dissociar, pois enquanto o primeiro (individualismo metodológico) se refere a um método, o segundo (individualista) retrata uma determinada conduta humana. Entretanto, o comportamento individualista também é chamado de “egoísmo”. Justamente a atitude que Smith descreveu como a busca da riqueza<sup>15</sup>.

Smith nunca fez uma defesa árdua do autointeresse e reconhece que ele deve ser moderado. Na concepção do autor, no extremo do interesse próprio é que existe o egoísmo, neste caso, o indivíduo passa a ignorar ou a negligenciar as outras pessoas para obter

---

<sup>14</sup> Conforme foi explorado nos pontos 2.3, 3.1, 3.1.1, 3.1.2 e 3.4.

<sup>15</sup> Cumpre assinalar que estes conceitos são também comumente confundidos com a “maximização”, pois ele tem associação com otimizar a riqueza, e que, por sua vez, é uma faceta da “racionalidade”, um conceito mais abrangente que abarca também o egoísmo, o utilitarismo, a transitividade de preferências entre outros.



vantagens, e isso é entendido pejorativamente. Isso é desaprovado moralmente (BIANCHI; SANTOS, 2005). O homem deseja a melhoria material, porém, de forma moralmente tolerável; se for desonesto, será reprimido pela sociedade. Assim sendo, a preocupação com o próprio bem-estar, não é incompatível com a benevolência, nem com o favorecimento a outras pessoas.

O autointeresse, a busca de melhorar a própria condição, foi deturpado em egoísmo. Entender que Smith defende o egoísmo é um erro. Na perspectiva smithiana, o “interesse” é querer o bem para si, agregar a si, contrabalançando, entretanto, como este “querer o bem para si” impacta sobre a sociedade. De outro lado, na ciência econômica, passou a ficar arraigado que na conduta humana não se considera as outras pessoas nas decisões, mas apenas o próprio interesse.

Hirschman (1979) aponta este problema que entende ser de ordem semântica. O “interesse”, segundo ele, deixa de ser um conjunto de motivações e passa a ser apenas desejo de obter vantagens materiais, conforto e prosperidade. Entretanto, a questão parece ser mais profunda do que isso, já que além da mudança conceitual, há a aprovação dos resultados da motivação egoísta.

Com este desenrolar, o egoísmo smithiano sofreu uma metamorfose. Enquanto antes ele era moralmente condicionado, posteriormente ficou descompromissado com preceitos morais. Mais do que isso, foi extirpada do que se entende por ciência a discussão se uma determinada conduta é o não moral. Justamente pelas influências de outras concepções como o positivismo que indicava a necessidade de desvincular a ciência de valores morais.

Lux (1993) interpreta ocorrer nesta divisória “[...] um erro que permitiu que pessoas dotadas de intenções muito mais duvidosas que as de Smith [...] encontrassem a justificativa para seus próprios interesses no nome e na obra de Smith” (LUX, 1993, p.91). Apesar da ruptura ocorrida entre a moral e economia não ser consensual<sup>16</sup>, ela foi hegemônica.

Robbins, entretanto, procura diferenciar o interesse próprio do egoísmo. Haveria uma “falha na compreensão”, até porque, no interesse próprio, poderiam ser inseridos desejos filantrópicos.

---

<sup>16</sup> A Escola Histórica Alemã compreendia que a investigação científica deveria considerar as ideias de justiça e de moralidade (PRADO, 1991).

Pelo que nos diz respeito, nossos sujeitos econômicos podem ser egoístas puros, altruístas puros, ascetas puros, sensualistas puros ou – o que é mais provável – conjuntos mesclados de todos estes impulsos... Tudo o que isso significa é que minha relação com o parceiro de negócios não entra em minha hierarquia de finalidades. Para mim (que posso estar agindo por mim mesmo, ou por meus amigos, ou em nome de alguma autoridade cívica ou filantrópica), esses sujeitos são apenas meios (ROBBINS<sup>17</sup>, 1984, p. 95-97 *apud* LUX, 1993, p. 153).

Ao mesmo tempo em que Robbins entende ser possível guiar-se pela ética, assume que enquanto se negocia, trata-se o outro sem se preocupar com o seu bem-estar. Assim, conclui que o agente econômico age sem olhar a necessidade do outro, voltando, portanto, ao ponto de partida. Ou seja, ele intenta explicar que os agentes não são necessariamente egoístas puros, mas acaba sinalizando que nas relações econômicas assim eles agem.

Mesmo autores que auxiliaram na consolidação de tais postulados não analisavam o ser humano como absolutamente egoísta. Neville Keynes entendia que “[...] o homem não precisa ser concebido como egoísta puro”<sup>18</sup> (KEYNES, 1955, p.128, tradução própria). Mesmo negociantes “[...] podem dedicar a sua riqueza para objetivos filantrópicos e para o bem estar da comunidade a que pertencem”<sup>19</sup> (KEYNES, 1955, p.120, tradução própria). Ou como considera Prado (1991, p.88): “[...] outros interesses, mais nobres e altruístas eventualmente, na verdade guiam, mediatamente, os homens na vida econômica”. Marshall (1982, p. 3-4) faz uma longa reflexão que retrata tais questões, a qual acrescenta ser retransmitida:

As forças éticas estão, entretanto, entre as que o economista deve considerar. Tem-se tentado, na verdade, construir uma ciência abstrata com respeito às ações de um ‘homem econômico’, que não esteja sob influências éticas e que procure, prudente e energicamente, obter ganhos pecuniários movido por impulsos mecânicos e egoísticos [...] Ninguém sabe melhor que o homem econômico resistir ao trabalho árduo e aos sacrifícios, no desejo altruístico de prover às necessidades de sua família. Tacitamente se têm incluído entre os motivos normais as afeições familiares. Mas se eles incluem estas, por que não devem, então, incluir todos os outros motivos altruísticos cuja ação é tão extensamente uniforme em qualquer classe, em qualquer tempo e lugar, que pode ser reduzida à regra geral? Parece não haver razão para isso.

<sup>17</sup> ROBBINS, Lionel. *The nature and significance of economic science*. Londres: MacMillan, 1984.

<sup>18</sup> “[...] the economic man need not be conceived as a pure egoist”.

Lux (1993, p.87) é ainda mais contundente ao afirmar que

Nosso exame de diversos períodos da história demonstrou que não se atinge o bem de todos por intermédio do puro interesse próprio ou egoísmo. Deve haver um outro princípio em atuação nas pessoas, um princípio que modere o interesse próprio em favor do bem geral. Indicamos anteriormente que um senso de honestidade poderia representar uma tal tendência moderadora. A honestidade segue um padrão que se encontra fora do interesse próprio, e essa é precisamente a definição de moralidade. Outros princípios semelhantes são a equidade, a integridade, a razoabilidade e um senso de justiça.

Lux (1993) critica a evolução da ciência econômica por considerar que a própria teoria sustenta o interesse próprio na sociedade, fonte, de acordo com o autor, de convulsão social.

Observamos, então, que as transvalorações [transformar vícios em virtudes] se tornaram a raiz da confusão moral quando se trocam os rótulos da polaridade. A doutrina econômica do interesse próprio introduziu exatamente esta confusão na vida moderna, e de forma intelectualmente aceitável [...] Queremos demonstrar que o interesse próprio significa essencialmente egoísmo, e o egoísmo não pode produzir o bem social porque, de fato, é essencialmente a força que destrói o bem social, a despeito da alegação em contrário da economia (LUX, 1993, p.92-93).

Desta maneira o autor conclui que a ciência econômica promove o egoísmo, e que isto se traduz em uma sociedade menos solidária porque:

O fenômeno do interesse próprio é de tal forma fundamental que se irradia para fora do núcleo do eu e alcança todos os aspectos da sociedade, desde os valores culturais básicos até o comportamento econômico e, mais ainda, a política social (LUX, 1993, p.191).

A economia não é somente naturalística ou neutra com relação ao interesse próprio. Se esse fosse o caso, seus ensinamentos, embora de algum modo duvidosos, não seriam necessariamente questionáveis. Mas a economia *promove* o interesse próprio (LUX, 1993, p. 195, grifos no original).

---

<sup>19</sup> “[...] they may devote their wealth to particular philanthropic objects, or to the general well-being of the community to which they belong”.

Sentido semelhante é pontuado por Fonseca (1993, p.133-134):

Uma posição teórica muito distinta da smithiana, e que acabou em larga medida dominando a ciência econômica [...] Trata-se aqui da afirmação do auto-interesse governado pelo motivo monetário não tanto como uma regularidade empírica, mais ou menos próxima dos fatos observáveis, mas como uma prescrição – como um ideal normativo de conduta para o indivíduo.

Cabe, assim, avaliar os resultados da construção metodológica da economia. Na medida em que crescem os interesses individuais, há menor avaliação de como isso interfere na coletividade, já que a honestidade, por exemplo, se torna empecilho ao desenvolvimento dos interesses particulares. E, de certa forma, como sinaliza Fonseca (1993), o egoísmo se torna uma prescrição.

Uma sociedade “individualista”, sem o contrabalanço moral, pode estancar as virtudes públicas e não promovê-las, levando, paradoxalmente, ao distanciamento do bem coletivo. Ou seja, o resultado metodológico da metamorfose do homem smithiano não apenas assume o egoísmo. A defesa do *homo economicus* ocorre porque se entende salutar que os indivíduos sejam egoístas. Logo, os pesos morais são eliminados da construção metodológica, já que estes restringiriam o progresso econômico, através da preguiça, da apatia e da falta de ambição.

De um lado, há aversão científica aos preceitos morais. De outro, não se discute se a atitude do *homo economicus* é ou não moral. Adicionalmente, existe a defesa de que se cada um fizer o melhor para si, a sociedade atingirá o bem-estar máximo. Consolida-se, na conjunção destes três elementos, a impressão de que há apologia ao egoísmo. Ou seja, não apenas se assume que os agentes são egoístas como se mostra os benefícios deste comportamento. Isso faz aumentar as controvérsias sobre estas hipóteses. Lux (1993) argumenta que no enfoque dissociado da moral há espaço para o agente econômico ser

desonesto, efetuar fraudes ou simplesmente não ter consideração com aquele que se transaciona<sup>20</sup>.

Desta feita, há que diferenciar, como tentou Robbins, o interesse próprio, que significa zelar por sua riqueza e cuidar de si (o qual Smith se referia) de sua outra faceta que busca o melhor para si sem levar em conta como tal comportamento impactará nos demais. Neste sentido, enquanto a ciência econômica considerar que os preceitos morais estão, de forma contundente e inflexível, fora do escopo de estudo, haverá espaço para o açougueiro de Smith alterar a precisão de sua balança, com vista a seu interesse. Ou seja, a ciência econômica estaria assumindo que o agente econômico pode ser desonesto. Entretanto, quando o agente deixa de ter uma atitude fraudulenta, está guiado por outras motivações que não o seu interesse<sup>21</sup>. Ao que parece não está no desejo do homem apenas o bem para si, mas também para a coletividade. Conclusão esta mais próxima a perspectiva smithiana:

Em Smith, o homem age sem dúvida na base do que julga ser o melhor interesse, mas este interesse próprio nunca é concebido como sendo dirigido apenas a fins pecuniários e tantas vezes é uma questão de honra, ambição, estima social e amor de poder quantas as que respeita a meros cifrões (BLAUG, 1994, p.103).

Hayek (1968) não apenas identificou certa confusão como distinguiu dois tipos de individualismo: o verdadeiro e o falso. Para este autor, o verdadeiro individualismo é o de Smith. Neste, os agentes não são isolados, embora a análise econômica parta de seu comportamento. Assim sendo, o egoísmo age para o benefício público. O falso individualismo é aquele de Mill e dos neoclássicos, principalmente destes últimos que consideram o *homo economicus* de forma isolada de relações sociais. De outro lado, e em certa medida contraditoriamente, Hayek vê Smith próximo a Mandeville.

Hayek (1968), portanto, alega que este falso individualismo é que faz apologia ao egoísmo e não o verdadeiro, cujo sentido do egoísmo não é a de exclusiva preocupação por si. Apesar desta ressalva, Hayek considera que mesmo assim a ciência econômica deve ficar

---

<sup>20</sup> Evidentemente, não é intenção deste trabalho insinuar que tais emoções e atitudes não estão presentes nos indivíduos. Contudo, certamente, não são universais.

<sup>21</sup> Esta sendo desconsiderado aqui a análise crua da maximização de utilidade frente à possibilidade de punição legal, uma vez que esta considera outro prisma analítico.

além das questões morais, já que, no mesmo sentido dos demais autores, entende que tal discussão não está nos limites da economia. Neste sentido, ele mantém os aspectos morais como tema proibido em estudos científicos.

Mesmo que identifique a distinção e o equívoco, o autor não acha pertinente averiguar se o homem é ou não motivado por ações egoístas, já que ele está centrado na defesa da liberdade individual, por entender que sendo ou não egoísta, o agente faz o bem para a sociedade ao pensar em si. Hayek defende ainda que cada um possa decidir suas atitudes sem o julgamento das intenções nelas presentes. Ou seja, ele também confunde os conceitos de individualismo, na medida em que se utiliza do individualismo metodológico (o verdadeiro), para defender as liberdades individuais e o livre-cambismo. Assim, mesmo o seu individualismo verdadeiro está sobreposto ao liberalismo. Logo, o autor visualiza a controvérsia, mas prefere não discuti-la, mantendo-se distante das questões morais.

Deste modo, além das confusões geradas na compreensão metodológica da economia, há o seu resultado adjacente. A percepção de que a ciência econômica não apenas justifica o egoísmo, no sentido de desconsideração pelos demais membros da sociedade, como também o promove. Ela assume que o homem, de forma universal e invariável, está disposto a qualquer atitude em nome do benefício pessoal, a despeito da moralidade. Ou seja, esta crítica não é adstrita a questão metodológica, mas se estende por todo o fundamento da teoria econômica convencional.

Diversos autores<sup>22</sup>, entendem que esta construção teórica seria apenas um artifício para referendar o sistema capitalista. Já que demonstrar os benefícios do autointeresse avaliza relações mercantis. Embora esta perspectiva não esteja em pauta neste trabalho, é apropriado fazer referência a ela.

Isto posto, enfatiza-se a crítica, permeada de nuances, de que o resultado da assunção do agente egoísta está repleta de contradições. Não porque os homens nunca sejam egoístas, no sentido *lato* do termo. Contudo, assumir que o homem deseja a riqueza é diferente de assumir que ele a deseja a qualquer preço. É impreciso afirmar que as pessoas são deterministicamente egoístas. E embora não seja também possível afirmar o contrário, na teoria econômica se mantém o primeiro caso.

---

<sup>22</sup> Paulani (2005), Prado (1991), Hirschman (1979), Costa (1986).

Muitas vezes, tal como em Smith, há outros preceitos acima deste desejo. Logo, entender que as pessoas agem apenas por esta motivação parece um erro. Entretanto, a ciência econômica se recusa a investigar este tema por percebê-la como impuro e inerentemente normativo, a despeito de o próprio Mill, tido como o “pai” do *homo economicus* reconhecer que devem ser levadas em conta outras variáveis<sup>23</sup>.

A generalização de que todos os homens são egoístas em um primeiro momento estava ancorada na percepção de uma ciência é pura e que está além da moral. Dito de outra maneira, baseada na pesquisa amoral. Contudo, esta generalização culminou em confusões diversas sobre as acepções do termo “autointeresse” e que, somados as contradições subjacentes do *homo economicus* acabaram deixando a percepção que a economia como um todo defende o egoísmo. Associando-a, em última instância, a uma ciência imoral.

---

<sup>23</sup> O livro de Fonseca (1993) busca, em última instância, apontar que o autointeresse sem a ponderação moral, para além da questão metodológica, é letal para o próprio funcionamento da economia. É preciso, segundo o autor, haver obediência civil voluntária, honestidade, integridade, confiabilidade. Todas estas em oposição ao que o autor chama de “autointeresse crasso”, que seria o egoísmo.

## 5 CONCLUSÃO

Ao longo da história da ciência econômica, houve a necessidade de padronizar metodologicamente a conduta humana que seria considerada nos estudos econômicos. Contudo, existe uma ruptura neste processo, que se caracteriza pelo distanciamento da economia às questões morais. Este trabalho procurou demonstrar quais foram os elementos que incentivaram tal mudança, indicando ainda os percalços e as contradições desta ruptura.

Smith afirmou que há nos homens a motivação econômica, o desejo de obter riqueza, chamando esta conduta de autointeresse. Tal postura estava, no entanto, ponderada por aspectos morais. Senior e Mill, entretanto, separaram o que é ciência e o que é arte, afastando a ciência das ponderações morais smithianas. Subsequentemente, Walras afastou definitivamente a economia do que chamou de “moral”.

Em paralelo, há a absorção da ideia de que os indivíduos precedem a sociedade e esta é tão-somente a junção daqueles. Assim, a análise das reações individuais passou a ser o fio condutor da teoria econômica convencional. Entretanto, o individualismo metodológico, assumiu a suposição do agente egoísta e utilitário, o qual se torna ainda isolado de relações sociais.

O corte em relação a Smith também emerge no isolamento do agente e se intensifica no corpo teórico, em oposição a Smith, que analisava o homem enquanto ser que busca a sociabilização. Sob a herança do utilitarismo, o agente econômico pesa também seus fins e meios, agindo de forma a atingir o melhor para si, ou, em outros termos, apenas em função de seu interesse.



Em outro aspecto se impõe como necessidade metodológica o isoladamente de poucas variáveis para se construir uma teoria abstratamente consistente. Como desdobramento, há a imunização dos postulados, os quais ficam irrefutáveis através de subterfúgios metodológicos, de forma que críticas que alegam a sua contra-factualidade se tornam vazias. Dentre estas premissas, a assunção do egoísmo.

Assim sendo, é possível identificar seis elementos que auxiliaram na metamorfose do homem smithiano, quais sejam, a) a leitura descontextualizada de Smith; b) o individualismo; c) o individualismo metodológico; d) o utilitarismo; e) o positivismo e; f) a construção metodológica que restringe todas as motivações a apenas uma: o autointeresse.

Robbins e Neville Keynes, assim como Marshall, assinalavam que o homem pode ser também filantrópico, altruísta e que há ainda outras motivações nele. Mesmo Mill reconhecia que o homem não pensa apenas em si. Ainda assim, a economia seguiu com a assunção de que o egoísmo é a única motivação humana.

Logo, apesar de se reconhecer que o postulado egoísta é ficcional e não se eximindo da percepção de que a conduta humana interfere na economia, já que ela está circunscrita às relações sociais, a ciência econômica deixou as repercussões morais para outros campos do conhecimento. Cabe à arte, ainda que esta seja útil a ciência, segundo Mill.

Este processo trouxe a confusão de termos. Embora o desejo de enriquecer e o egoísmo possam ser separados em diferentes conceitos, pouco esforço houve no sentido de qualificar tais diferenças. Robbins e Hayek identificaram esta distinção, mesmo assim, privam-se dos aspectos morais desenvolvidos por Smith.

Aliando ao fato de o termo “egoísmo” ter duas interpretações, a própria ruptura ocorrida desde o homem smithiano, passando pelos elementos que auxiliam na definição do *homo economicus* colaboram para que a visão, tida como falsa por Hayek, permanecesse. Tal fato se deve ao passo dado pelo positivismo que prefere não averiguar se o comportamento humano é correto ou não.

A despeito da diferenciação hayekina, o *homo economicus* é mais autocentrado e mais despreocupado com os demais do que o homem smithiano. E embora seja pertinente a distinção entre o egoísmo e o autointeresse, permanece majoritária a visão egoísta do *homo economicus* e não a de Smith, com seus pesos morais adjacentes.

Deste modo, além da aversão aos preceitos morais que penetra na ciência econômica, se mantém a percepção de que não há porque discutir se o *homo economicus* é ou não moral. Paralelamente, é arraigada na ciência econômica a perspectiva “individualista” de que se cada um fizer o melhor para si, a sociedade atingirá o bem geral. Consolida-se, na conjunção destes fatores a impressão de que há apologia ao egoísmo. Ou seja, não apenas se assume que os agentes são egoístas como se exalta este comportamento.

Mesmo que se quisesse ser isento de valores, parece ser um equívoco assumir que o homem é deterministicamente egoísta. Contudo, de um lado, se torna impertinente este tipo de asserção, haja em vista a imunização metodológica. E de outro, se torna uma heresia discutir valores na ciência.

Apesar das confusões semânticas sobre os termos “interesse”, “egoísmo” e “individualismo” a apologia ao egoísmo está além da semântica. Isso porque o caminho trilhado pelos autores aqui estudados indicam um sentido do desenvolvimento da ciência econômica, onde os elementos explicativos expostos ao longo do presente trabalho se confundem e se auxiliam mutuamente a restringir o questionamento da conduta humana sob o ponto de vista teórico. Neste sentido, discutir estas questões muito mais do que um passatempo acadêmico é de fundamental importância para analisar as bases da economia.

O presente trabalho buscou não apenas demonstrar como a ciência econômica deixou as questões morais de lado. Além de clarear como cada movimento filosófico e metodológico impactou, ele procurou separar algumas das confusões correlatas a estes movimentos e sinalizar como eles se imbricam, sendo mal interpretados. A pesquisa apresentou, ainda, que o resultado da falta de segmentação é a percepção de que a ciência econômica como um todo é imoral.

Ainda que esta evolução na teoria econômica não seja classificada como um erro e sim uma necessidade para que uma teoria sólida e consistente fosse construída, parece inegável que elementos relevantes ficaram adstritos e que isto provocou um impacto negativo sobre a visão do senso comum sobre a teoria econômica.

O homem ficou, sob o aspecto teórico, mais egoísta e foi se despreocupando com os demais agentes da sociedade. Ele passa de independente a autocentrado, de autocentrado a isolado, de isolado à egoísta, de egoísta a amoral e, finalmente, de amoral à imoral.

Persiste, desta maneira, a concepção que é também traduzida em apologia ao egoísmo e é associada à corrupção e à fraude. Se estudos que considerassem os aspectos morais do homem, suas preocupações “altruísticas” voltassem ao escopo da economia, tal controvérsia cessaria. Ou, alternativamente, poderia ser reconhecido que se há apologia ao egoísmo na ciência econômica, não é desde seu “nascimento”. De qualquer modo, enquanto a economia abster-se das questões morais, a associação entre o postulado do egoísmo e a apologia a ele irá resistir.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marianne Tham de; BIANCHI, Ana Maria. Nasce uma ciência: uma investigação sobre a emancipação da Economia em relação à Política. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14, 2009, São Paulo. Disponível em: [http://www.sep.org.br/pt/artigo\\_list.php?id=4](http://www.sep.org.br/pt/artigo_list.php?id=4). Acesso em: 08 jun. 2009.

AUGUSTO, André Guimarães. Teoria da ação na escola neoclássica: uma resenha crítica. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA POLÍTICA, 14, 2009, São Paulo. Disponível em: [http://www.sep.org.br/pt/artigo\\_list.php?id=4](http://www.sep.org.br/pt/artigo_list.php?id=4). Acesso em: 08 jun. 2009.

BIANCHI, Ana Maria; SANTOS, Antonio Tiago Loureiro Araújo dos. Além do Cânon: Mão Invisível, Ordem Natural e Instituições. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 635-662, jul-set. 2007.

BIANCHI, Ana Maria; SANTOS, Antonio Tiago Loureiro Araújo dos. Adam Smith: filósofo e economista. *Cadernos IHU ideias*, São Leopoldo, n.35, p. 1-14, jul. 2005. Disponível em <[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_publicacoes&Itemid=20&task=categorias&id=4](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_publicacoes&Itemid=20&task=categorias&id=4)>. Acesso em: 28 jul. 2009.

BIANCHI, Ana Maria. A pré-história do pensamento econômico. In: BIANCHI, Ana Maria (org). *Questões de Método na Ciência Econômica*. São Paulo: USP, 1986, p. 1-31.

BLAUG, Mark. *A Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam*. Lisboa: Grávida, 1994.

CABRAL, Rafael Lamera. Despotismo democrático, individualismo e a teoria do interesse bem compreendido. In: SIMPÓSIO DOS PÓS –GRADUANDOS EM CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 5, 2008, São Paulo. *Anais do V Simpósio dos pós-graduandos em Ciência Política da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2008, p. 1-20.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo Araújo da Gama. Para ler Adam Smith: novas abordagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 31, 2003, Porto Seguro. *Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia*. Porto Seguro: ANPEC, 2003, p. 1-20.

CORAZZA, Gentil. Ciência e método na história do pensamento econômico. *Encontro Regional de Economia - Anpec Sul*, 11, 2008, Curitiba. Anais do XI Encontro Regional de

Economia - Anpec Sul 2008. Curitiba : UFPR, 2008, p. 1-19. Disponível em: [http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-Sul](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul). Acesso em 8 set 2008.

COSTA, Ana Maria Catelli Infantosi da. A Economia: uma ciência sem fronteiras. In: BIANCHI, Ana Maria (org). *Questões de Método na Ciência Econômica*. São Paulo: USP, 1986, p. 32-51.

FONSECA, Eduardo Gianetti da. *Vícios Privados, Benefícios Públicos?* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O método em economia: uma perspectiva histórica. In: REGO, José Márcio (org). *Revisão da Crise; metodologia e retórica na história do pensamento econômico*. São Paulo: Bienal, 1991, p. 65-88.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O método como tema: controvérsias filosóficas, discussões econômicas. In: CORAZZA, Gentil (org). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 17-34.

GANEM, Ângela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófico. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 9-36, jul-dez, 2000.

GANEM, Ângela. Teoria neoclássica: a face econômica da razão positiva. In: CORAZZA, Gentil (org). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p.117-132.

GERMER, Claus Magno. A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: CORAZZA, Gentil (org). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 61-92.

HAYEK, Friedrich August von. *Individualismo: verdadero y falso*. Buenos Aires: Centro de Estudios sobre la Libertad, 1968. Disponível em: <<http://www.hayek.org.ar/new/images/fotos/articulos/Individualismo.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2009.

HIRSCHMAN, Albert. *As paixões e os interesses: argumentos a favor do capitalismo antes do seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOFMANN, Ruth; PELAEZ, Victor. A psicologia econômica como resposta ao individualismo metodológico. *Encontro Regional de Economia - Anpec Sul*, 11, 2008, Curitiba. Anais do XI Encontro Regional de Economia - Anpec Sul 2008. Curitiba : UFPR,

2008, p. 1-19. Disponível em: [http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-Sul](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul). Acesso em 8 set 2008.

HUNT, E.K. *História do pensamento econômico*. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

JEVONS, William Stanley. *A teoria da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KEYNES, John Maynard. O fim do “laissez-faire”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). *Keynes: economia*. São Paulo: Ática, 1983, p.106-126.

LUX, Kenneth. *O erro de Adam Smith: de como um filósofo moral inventou a Economia e pôs fim à moralidade*. São Paulo: Nobel, 1993.

MARIN, Solange Regina; QUINTANA, André Marzulo. A transformação marginal na teoria do valor dos primeiros neoclássicos. *Cadernos de Economia*, Chapecó, n.19, p. 115-137, jul-dez. 2006.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia – tratado introdutório: natura non facit saltum*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MILL, John Stuart. Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. In: *Bentham, Stuart Mill* (Coleção os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 291-315.

MILL, John Stuart. *A lógica das ciências morais*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. Metodologia da economia e filosofia da ciência. In: CORAZZA, Gentil (org). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 207-227.

NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

PAULANI, Leda Maria. *Modernidade e Discurso Econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e Individualismo. *Economia e Sociedade*, São Paulo, v. 13, p. 115-127, dez. 1999.

PAULANI, Leda Maria. John Stuart Mill, o homem econômico e o individualismo metodológico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 26, 1998, Vitória. *Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia*. Vitória: ANPEC, 1998. v.1, p. 99-120.

PAULANI, Leda Maria. Individualismo metodológico e individualismo Ontológico no Discurso econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 23, 1995, Salvador. *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia*. Salvador: ANPEC, 1995. v.2, p. 120-140.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. Stuart Mill e o Homem Econômico Ir-racional. In:BIANCHI, Ana Maria (org). *Questões de Método na Ciência Econômica*. São Paulo: USP, 1986, p. 53-69.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. *Economia como ciência*. São Paulo: IPE/USP, 1991.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. A questão da comparação das teorias em “economia”. In: CORAZZA, Gentil (org). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 189-205.

QUINTANA, André Marzulo. *A filosofia moral e a economia política de Adam Smith: a simpatia e o interesse próprio*. 2001. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

RAMOS, Jose Maria Rodriguez. *Lionel Robbins : contribuição para a metodologia da economia*. São Paulo: EDUSP, 1993

RUBANO, Denize Rosana; MOROZ, Melania. A dúvida como recurso e a geometria como modelo: René Descartes. In: MICHELETTO, Maria Amália Andery. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Espaço e Tempo/EDUC, 1996, p. 201-210.

SCHUMPETER, Joseph. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, c1964. v.2.

SCHUMPETER, Joseph. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, c1964a. v.3.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações – Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. São Paulo: Nova Cultural, c1996. v.1.

SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais: ou ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos, acrescida de uma dissertação sobre a origem das línguas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOUZA, Vanessa Karla Mota de. Individualismo e Cultura. *CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, João Pessoa, v. 09, p. 61-73, 2005. Disponível em <<http://www.cchla.ufpb.br/caos>>. Acesso em 19 ago. 2009.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. Positivismo, historicismo e dialética da metodologia da economia. 2003. Dissertação de Mestrado – Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

TORRES, Adelino. A economia como ciência social e moral (algumas observações sobre as raízes do pensamento económico neoclássico: Adam Smith ou Mandeville?). *Episteme – Revista Multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa*, Lisboa, n.2, p. 95-122, jun.-jul.,1998.

VALENTIN, Agnaldo. A economia positiva: considerações sobre o núcleo rígido do programa de pesquisa neoclássico. In: CORAZZA, Gentil (org). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p.133-152.

VARGAS, Márcio Souza de. *Ensaio em teoria microeconômica: livre arbítrio, autocontrole e responsabilidade moral*. 2006. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WALRAS, Leon. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.